



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 270,00

| Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa» | ASSINATURAS              |                | O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P. |
|---|--------------------------|----------------|--|
|   |                          | Ano            |  |
|   | As três séries . . . . . | Kz: 400 275,00 |  |
|   | A 1.ª série . . . . .    | Kz: 236 250,00 |  |
|   | A 2.ª série . . . . .    | Kz: 120 500,00 |  |
|   | A 3.ª série . . . . .    | Kz: 95 700,00  |  |

## SUMÁRIO

### Assembleia Nacional

Lei n.º 1/10:

Aprova o Plano Nacional para o Biénio 2010-2011.

### ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 1/10

de 15 de Janeiro

Considerando que o Governo submeteu à aprovação da Assembleia Nacional o Plano Nacional para o Biénio 2010-2011, que tem como finalidade essencial propiciar a retoma do crescimento económico nacional em bases sustentáveis que permitam a obtenção de níveis elevados de variação do Produto Interno Bruto, do emprego e da melhoria significativa do nível de vida da população;

Tendo em conta que o Plano Nacional para o Biénio 2010-2011 vai ser executado num clima internacional de retoma do nível geral da actividade económica mundial, embora ainda num contexto de grande incerteza quanto à sustentabilidade dessa retoma e ao comportamento do preço do barril de petróleo;

Considerando que o Plano Nacional para o Biénio 2010-2011 pretende conciliar a gestão da incerteza sobre a evolução da economia mundial com a retoma das transformações estruturais que se vinham fazendo e que foram atenuadas pela quebra das receitas fiscais e das receitas externas do País;

Considerando ainda que o Plano Nacional para o Biénio 2010-2011 leva em linha de conta as estratégias e as propostas de política económica e social contidas na Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo 2000-2025 e no Programa de Medidas de Política Fiscal e Monetária face à crise económica e financeira internacional;

Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas da alínea *d*) do artigo 88.º e do n.º 4 do artigo 92.º ambos da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional aprova a seguinte:

### LEI DO PLANO NACIONAL PARA O BIÉNIO 2010-2011

ARTIGO 1.º

(Aprovação)

É aprovado o Plano Nacional para o Biénio 2010-2011, que é parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões suscitadas da interpretação e aplicação da presente lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 3.º

(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2010.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 14 de Dezembro de 2009.

O Presidente, em exercício, da Assembleia Nacional,  
*João Manuel Gonçalves Lourenço.*

Promulgada aos 28 em Dezembro de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS,

## I. Introdução:

O ano transacto foi caracterizado pela introdução de ajustamentos no Plano Nacional 2009 em resultado da crise económica e financeira mundial. Os ajustamentos ocorreram no plano dos objectivos, políticas e medidas de intervenção. Ainda em decorrência da crise, o Programa de Investimentos Públicos – uma das peças de maior eficácia na intervenção do Estado na economia – teve de ser corrigido no sentido de adequar os seus montantes às disponibilidades financeiras do Governo.

Os resultados obtidos com o Plano Nacional 2009 foram influenciados pela mesma crise. As informações económicas preliminares apontam para uma atenuação do crescimento económico verificado em anos anteriores, porém, mantêm-se as potencialidades de crescimento do País.

O Plano Nacional 2010-2011 pretende conciliar a gestão da incerteza sobre a evolução da economia mundial com a retoma das transformações estruturais que se vinham fazendo e que foram atenuadas pela quebra das receitas fiscais e das receitas externas do País. Este horizonte temporal pode, também, contribuir para se consolidar as finanças públicas - depois da quebra de 2009 e parte final de 2008 – e readquirir-se alguma da confiança dos agentes económicos que eventualmente se tenha perdido em 2009.

Assim, o Plano Nacional 2010-2011 leva em consideração, entre outros, os aspectos seguintes:

- promoção da estabilidade macroeconómica;
- promoção do emprego, da estabilidade de preços e do equilíbrio das transacções externas da economia;
- promoção da melhoria na repartição de renda;
- implantação de bases infra-estruturais para atracção e reanimação dos investimentos e da iniciativa privada;

- incremento da produção de bens e serviços finais e intermédios com prioridade para a produção de alimentos, matérias-primas e insumos básicos;
- organização dum quadro de estímulos para acções convergentes com os fins da política económica do Governo; e
- recuperação da dinâmica do crescimento económico.

O Plano Nacional 2010-2011 tem duas bases fortes de partida:

- a *estabilidade política*, um dos resultados concretos da paz e do processo de normalização e reforço da democracia angolana, é fundamental para que os agentes económicos privados ancorem, em bases estáveis e prospectivas, as suas opções de investimento e produção e para que a população possa dedicar-se ao progresso pessoal e familiar;
- a *estabilidade económica*, implementada em anos anteriores, preservada mesmo num clima financeiro adverso, na medida em que se conseguiu garantir os fundamentos da estabilização macroeconómica necessária para manter a confiança dos investidores.

A elaboração do Plano Nacional 2010-2011 levou em linha de conta as estratégias e as propostas de política económica e sociais contidas em diferentes documentos, a saber: Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo 2000-2025; Plano do Governo 2009-2012, o Plano Nacional 2009 e o Programa de Medidas de Política Fiscal e Monetária face à crise económica e financeira internacional.

Do ponto de vista da organização do trabalho de elaboração do Plano Nacional 2010-2011, os encontros com os diferentes sectores institucionais tutelares dos diferentes domínios de actividade constituíram a base essencial para se delinearem os aspectos essenciais, se definirem as políticas e os programas, se assentar numa base convergente e consistente de programação económica e se detectarem os mais importantes constrangimentos à sustentabilidade do crescimento económico. O desenvolvimento da poderosa base de informação necessária à elaboração do Plano Nacional 2010-2011 só foi possível com a colaboração intensa dos gabinetes sectoriais que detêm a responsabilidade da recolha e do tratamento estatístico.

## 2. Síntese da evolução económica mundial recente:

O desempenho da economia nacional em 2009 foi bastante influenciado pelo comportamento (negativo) da economia mundial. Apesar do abrandamento registado nos índices de recessão económica das economias mais avançadas, os cálculos previsionais apontam para um crescimento negativo de 1,1% da economia mundial.

Os sinais de abrandamento da recessão das economias mais avançadas, conjugados com as previsões optimistas do comportamento das economias emergentes – com destaque para a China e Índia – têm influenciado os preços do barril de petróleo para níveis próximos dos considerados economicamente compatíveis com os elevados investimentos realizados nas fases de extração e prospecção.

As previsões sobre o provável comportamento do preço médio do barril de petróleo até ao final do presente ano apontam para um intervalo entre 55,5 e 61,5 dólares, ainda distante dos 80 dólares desejados pela maior parte dos países exportadores desta matéria-prima energética.

Não se tem, por enquanto, certeza sobre o horizonte temporal para uma retoma firme da economia mundial, da qual depende, em grande medida, a recuperação da procura mundial de petróleo. Dirigentes americanos e europeus deram a conhecer, recentemente, as suas (prudentes) expectativas relativamente à recuperação económica, dados os sinais positivos que as economias mais avançadas estão a apresentar e que se consubstanciam, por enquanto, numa diminuição da intensidade do movimento económico recessivo.

As incertezas são ainda muito grandes sabendo-se, no entanto, que o movimento de retoma não irá envolver todas as economias ao mesmo tempo.

O Fundo Monetário Internacional, no seu World Economic Outlook de Outubro de 2009, estima que a economia mundial vai crescer, em 2010, 3,1%, mantendo uma taxa de crescimento em redor dos 4% até 2014. Estes valores são, fundamentalmente, devidos aos comportamentos previstos para a China (9%) e Índia (6,4%) e às medidas internas anti- crise de estímulo à procura. O mesmo relatório refere que as economias mais desenvolvidas do planeta apresentarão taxas de crescimento mais baixas, à volta dos 1,5%. A taxa de crescimento média da Zona Euro será inferior a 0,3%, prevendo-se para o Japão uma tímida recuperação avaliada em torno de 1,7%.

Segundo as previsões do Fundo Monetário Internacional, os países que mantêm um estreito relacionamento económico com Angola (Brasil, Portugal, Espanha e África do Sul) irão apresentar, em 2010, taxas diferentes de crescimento. O Brasil (a maior economia sul-americana) tem uma previsão de crescimento da ordem dos 3,5%, a Espanha irá continuar em recessão económica, Portugal não deverá passar de 0,3%, enquanto a vizinha África do Sul (a maior economia africana), verá a taxa de crescimento do seu PIB alcançar níveis positivos em 2010, depois de um ano de contracção económica (estimada em 2,2%).

Em resumo, prevalece a incerteza quanto à retoma firme do crescimento da economia mundial e das economias com as quais Angola tem intensa relação comercial, pelo que, vale a pena rodear das maiores cautelas as políticas tendentes a estimular a retoma da economia angolana.

### 3. Síntese do diagnóstico económico e social:

#### 3.1. Desempenho macroeconómico:

##### Sector real e preços

Como era de esperar, a crise económica mundial teve os seus reflexos em Angola. Já em 2008, o ritmo de crescimento do PIB diminuiu 9,5 pontos percentuais relativamente a 2007. Mas é em 2009 que os seus efeitos foram mais fortes, tal como mostra o quadro a seguir:

QUADRO III.1  
Comportamento recente do produto

| Produtos   | 2007     | 2008     | 2009*    |
|--|----------|----------|----------|
| <b>1. Ritmos médios de crescimento do produto (%)</b>        |          |          |          |
| PIB .....  | 23,2     | 13,8     | 1,3      |
| PIB petróleo .....   | 20,4     | 12,3     | -5,6     |
| PIB não petrolífero .....                                    | 20,4     | 15,0     | 5,7      |
| Diamantes .....  | 4,7      | -8,6     | 3,0      |
| Construção .....   | 37,1     | 25,6     | 12,3     |
| <b>2. Produção média de petróleo (mil barris/dia) .....</b>  |          |          |          |
|  | 1 697,3  | 1 906,0  | 1 836,9  |
| <b>3. Produção anual de diamantes (mil quilates) .....</b>   |          |          |          |
|  | 9 702,0  | 8 911,0  | 9 232,0  |
| <b>4. Preço internacional do petróleo (usd/barril) .....</b> |          |          |          |
|  | 77,5     | 100,7    | 53,0     |
| <b>5. Preço internacional do diamante (quilate).....</b>     |          |          |          |
|  | 133,3    | 131,3    | 89,4     |
| <b>6. PIB a preços correntes (milhões de usd) .....</b>      |          |          |          |
|  | 59 448,0 | 63 901,0 | 67 556,6 |
| <b>7. PIB a preços correntes (mil milhões de kz) .....</b>   |          |          |          |
|  | 4 636,8  | 6 316,2  | 5 256,3  |

FONTE: Ministério do Planeamento

\* Previsões

A taxa de crescimento do PIB a preços constantes é de 1,3%, com o PIB não petrolífero a incrementar a sua actividade em 5,2%. O PIB petrolífero diminuirá cerca de 3,6%.

Em termos nominais, o PIB a preços de mercado passou de 11 240 milhões de dólares, em 2002, para 83 901 milhões de dólares, em 2008, correspondendo a um aumento de 7,5 vezes.

Ainda que se trate de previsões, a situação económica em 2009 apresenta-se relativamente afectada, em consequência do profundo choque que representou a queda do preço do barril de petróleo, e que se repercutiu por todo o sistema económico nacional por diferentes canais. Prevê-se que o PIB, em dólares correntes, diminua cerca de 19,5%, com consequências sobre o rendimento médio por habitante,

cujo valor deverá passar de 4707 dólares em 2008 para 3669 dólares em 2009. Um decréscimo de 22%.

O ritmo de desinflação da economia atenuou-se depois de 2007, devido a factores de natureza estrutural que actuaram no sentido de oporem algumas resistências à queda do valor médio do índice geral de preços no consumidor que se verificava desde 2002.

Em 2008, ocorreu um aumento de 1,4 pontos percentuais no valor acumulado em Dezembro de 2007 sendo que as projecções para 2009 colocam o IPC entre 13% e 14%.

QUADRO III.2  
Evolução da inflação e da taxa de câmbio em Angola

| Variáveis                           | 2007  | 2008  | 2009*     |
|-------------------------------------|-------|-------|-----------|
| Taxa de inflação média mensal (%)   | 0,93  | 1,04  | [1,03]**] |
| Taxa anual de inflação (%)          | 11,80 | 13,20 | [13,14]   |
| Taxa média anual de câmbio (kz/usd) | 76,7  | 75,1  | 78,0*     |
| Taxa de câmbio informal (kz/usd)    | 77,7  | 75,6  | 99,2***   |

Fonte: INE, BNA ( Direcção de Estudos e Estatística)

\* Previsões

\*\* Junho de 2009

\*\*\* Setembro de 2009

O comportamento da taxa de câmbio de referência demonstra uma certa estabilidade, tendo ocorrido uma ligeira apreciação da moeda nacional em 2008 de cerca de 1,2%. Para 2009, a taxa de câmbio de referência será desvalorizada em quase 4%, de modo a acomodar as pressões do mercado e a precaver a ocorrência de uma procura anormal de divisas.

#### Execução orçamental

Em 2008, a receita do Estado totalizou Kz: 3217,4 mil milhões, equivalente a 50,5% do PIB, o que correspondeu a um aumento de 4,7 pontos percentuais do PIB relativamente a 2007. A despesa do Estado, que perfaz Kz: 2653,8 mil milhões, valor que representou 41,6% do PIB, assinalando-se desta forma um aumento de 7,1 pontos percentuais do PIB em relação a 2007. O saldo global na óptica do compromisso registou um *superavit* de Kz: 563,6 mil milhões, equivalente a 8,8% do PIB, o que representou, porém, uma diminuição de 2,5 pontos percentuais do PIB quando comparado aos valores constatados em 2007.

Para 2009, espera-se que as receitas totalizem Kz: 1900,6 mil milhões, o que equivale cerca de 37% do PIB, correspondendo a uma queda de 13 pontos percentuais. Por seu

lado, a despesa pública está projectada em Kz: 2502,8 mil milhões, ou seja cerca de 48,4% do PIB, apresentando uma queda de 6 pontos percentuais. O saldo global na óptica de compromisso representa um *deficit* de Kz: 602,2 mil milhões, correspondendo a 11,6% do PIB.

QUADRO III.3  
Quadro fiscal

| Variáveis                 | (Mil milhões Kz) |                 |                 |
|---------------------------|------------------|-----------------|-----------------|
|                           | 2007<br>(exec.)  | 2008<br>(exec.) | 2009<br>(proj.) |
| Recuítas totais           | 2 124,7          | 3 217,4         | 1 900,6         |
| % do PIB <sub>2007</sub>  | 46,59            | 50,5            | 36,2            |
| Recuítas petrolíferas     | 1 722            | 2 601,9         | 1 210,1         |
| % das receitas            | 81               | 80,9            | 63,7            |
| % do PIB <sub>2007</sub>  | 37,8             | 40,8            | 23,0            |
| Recuítas não petrolíferas | 398,8            | 468,3           | 552,5           |
| % das receitas            | 7,1              | 7,3             | 10,5            |
| % do PIB <sub>2007</sub>  | 0,1              | 0               | 0               |
| Despesa total             | 1 600            | 2 654           | 2 502,8         |
| % do PIB <sub>2007</sub>  | 34,5             | 41,6            | 47,6            |
| Despesas correntes        | 1 068            | 1 761           | 1 845,2         |
| % das despesas            | 67               | 66              | 73,7            |
| % do PIB <sub>2007</sub>  | 23               | 27,6            | 35,1            |
| Salários totais           | 364,5            | 543             | 793             |
| % das despesas correntes  | 34,2             | 30,8            | 31,7            |
| % do PIB <sub>2007</sub>  | 7,9              | 12,8            | 15,1            |

Fonte: Ministério das Finanças

#### Sector monetário

A execução da política monetária continuou assente no princípio de esterilização da liquidez na economia, tendo em conta a necessidade de manutenção dos preços em níveis razoáveis e a estabilidade externa do País. Os instrumentos de esterilização utilizados foram as operações de mercado aberto e a venda de divisas no mercado cambial interbancário.

Em 2008 o crédito à economia concedido pelo sistema bancário cresceu de maneira substancial, Kz: 350 966,32 milhões (69,61%). Expresso em dólares norte-americanos o aumento absoluto foi de USD 4655,98 milhões, contra USD 3118,15 milhões em igual período do ano anterior. Destaca-se dentre as suas componentes a expansão do crédito ao sector público empresarial (121,62%), bem como do crédito ao sector privado (63,43%). A expansão absoluta do crédito ao sector privado foi de Kz: 300 307,29 milhões, equivalente a USD 3982,84 milhões, contra USD 2382,57 milhões em 2007.



De acordo com as contas monetárias, os meios de pagamento (M3) registaram, em 2008, um crescimento nominal acumulado de 104,7% (80,6% em termos reais). O crescimento do M2 e do M1 foi de cerca 66,2% e 74,2%, respectivamente.

O crescimento dos meios de pagamento, no sentido lato, representou um efeito maior da base monetária, uma vez que este instrumento que tem desempenhado o papel de variável operacional da política monetária em Angola, registou um crescimento acumulado de 62,2%, que resultou da expansão dos activos externos líquidos do BNA cujo efeito foi atenuado pela contração dos activos internos líquidos provocada pela expansão dos depósitos do Governo junto do BNA. Tal crescimento repercutiu-se, tanto sobre os depósitos dos bancos no BNA, crescimento de cerca de 74%, como sobre a circulação monetária que registou uma expansão de 48%.

No primeiro semestre de 2009, os meios de pagamento (M3) registaram um crescimento nominal acumulado bastante moderado (2,8%), explicado pela contração da dívida pública interna. O crescimento do M2 (21,7%) continuou robusto, o que se explica, essencialmente, pela valorização dos activos em moeda externa, expressos em Kwanzas, na sequência da depreciação que a moeda nacional registou no período. O crescimento do M1 (11,0%) derivou do crescimento dos depósitos à ordem em moeda nacional (8,5%) e do crescimento dos depósitos à ordem em moeda estrangeira (17,9%).

Neste período, a base monetária registou um significativo crescimento de 51,2%, o que pode ser explicado pelas medidas adoptadas no âmbito da gestão da política monetária, em particular, as que têm a ver com o aumento do coeficiente das reservas obrigatórias (de 15% para 30%) e o aumento da taxa de redesconto (19,6% para 25%).

A expansão da base monetária resultou, essencialmente, da desmobilização dos depósitos do Governo junto do BNA, muito por força da entrada insuficiente de novos recursos para as contas do Governo sob a forma de impostos, taxas e contribuições, face às necessidades materializadas através da execução das despesas previstas para o período.

O resultado obtido nos domínios monetário e financeiro revela que, em 2008, os activos externos líquidos do sistema bancário registaram uma expansão nominal de cerca de 49,3%, graças à expansão dos activos externos líquidos do Banco Nacional de Angola, na ordem de 61%.

No primeiro semestre de 2009, a redução dos fluxos financeiros externos, na sequência da crise económica e financeira internacional, bem como a redução das receitas de

exportação petrolífera e diamantífera, devido à queda de preços nos mercados internacionais, contribuiu para uma rápida redução das disponibilidades cambiais do País, agravada pelo aumento significativo da procura por divisas manifestada pelos agentes económicos.

O aumento substancial da procura num contexto de oferta limitada de cambiais, a moeda nacional depreciou-se fortemente em Abril do ano em curso, na ordem de 3,07% no mercado formal e de 5,047% no mercado informal da Cidade de Luanda.

Durante este período, a moeda nacional, devido à evolução desfavorável do dólar norte-americano em relação ao euro, depreciou-se igualmente em relação à moeda europeia na ordem de 3,13%. Com relação ao rand sul-africano a depreciação foi muito mais acentuada (24,93%), ao passo que em relação ao yen japonês se registou uma apreciação de 1,81%.

#### Balança de pagamentos

Relativamente à balança de pagamentos, o exercício económico de 2008 registou um superávit de USD 6407,7 milhões (8,3% do PIB), na conta corrente, representando uma redução de 31,8% comparativamente ao atingido no período homólogo, cujo saldo foi de USD 9402,1 milhões (15,8% do PIB).

À semelhança do que ocorreu em anos anteriores, verificou-se um aumento das receitas de exportação de Angola, resultante do crescimento verificado na produção de petróleo bruto e dos preços dos produtos exportados. As estatísticas das importações comprovam um crescimento na ordem de 53,6%, tendo atingido o valor de USD 20 982,2 milhões em 2008 contra os USD 13 661,5 milhões apurados em 2007.

Ao contrário dos anos anteriores, em 2009 prevê-se uma redução das receitas de exportação, resultante da redução da produção e do preço do petróleo no mercado internacional, atingindo assim o valor de USD 36 118,1 milhões. Quanto às importações projecta-se uma redução de 27,1% para 2009.

QUADRO III.4  
Balança de pagamentos (milhões de USD)

| Rubricas                            | 2008    | 2009*    |
|-------------------------------------|---------|----------|
| Conta corrente .....                | 6 407,7 | -4 941,0 |
| Conta de capital e financeira ..... | -359,1  | 1 659,4  |
| Saldo global .....                  | 5 632,9 | -6 240,6 |

Fonte: Banco Nacional de Angola.

\* Projeção.

## 3.2. desempenho sectorial:

## 3.2.1. Sectores económicos:

Entre 2002 e 2008 a actividade económica apresentou-se bastante dinâmica, tendo-se registado uma multiplicação por 7,5 vezes do PIB nominal. A actividade de extração petrolífera, que registou uma variação de 674% no período, foi a grande responsável deste desempenho da economia nacional.

No entanto, a manufactura e os serviços mercantis (embora por razões diferentes) apresentaram registos significativos. A indústria transformadora duplicou o seu valor acrescentado bruto, enquanto o sector dos serviços registou uma variação percentual de 815%.

A matriz seguinte apresenta, de forma sintética, o diagnóstico sectorial, referente a 2008, dos sectores económicos e sociais.

QUADRO III.5  
Matriz de diagnóstico sectorial (2008)

| Sectores económicos      | Taxa de crescimento % | Emprego (trabalhadores) | Investimento público (milhões de kz) | Reformas e medidas implementadas   |
|--------------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------------------------|--|
| Agricultura              | 1,9                   | 4 868 097               | 15 928,14                            | Desenvolvimento rural deixa de fazer parte das competências do Ministério da Agricultura; Programa de fortalecimento dos agricultores.   |
| Pescas                   | -2,4                  | 164 434                 | 9 192,37                             | Fomento da pesca continental; Implementação da grelha de selectividades para a redução assessorial na pesca camarão; Programa Nacional de Amostragem Biológica da Pesca Comercial.   |
| Petróleo e refinados     | 12,3                  | 15 178                  |                                      | Projecto Angola <i>Liquefied Natural Gas</i> (Angola LNG); Projecto de legislação sobre o acesso à terra das operações petrolíferas; Regulamento das operações petrolíferas; Plano nacional de contingência contra derrames de petróleo no mar; Decreto sobre recrutamento, integração, formação, desenvolvimento de pessoal; Regulamento sobre saúde e segurança na indústria petrolífera.  |
| Geologia e minas         | -8,6                  | 10 224                  | 171,28                               | Actualização da legislação do sector incluindo a revisão do quadro orgânico; Harmonização das estratégias relativas às águas subterrâneas; Regulamento sobre a actividade mineira artesanal; Concepção e implementação de estratégias que visam o relançamento da produção mineira diversificada.  |
| Indústria transformadora | 11,0                  | 39 000                  | 987,46                               | O foco da capacidade institucional; Concepção de incentivos fiscais; Caracterização de unidades industriais e projectos de desenvolvimento industrial e agro-industrial; Bases de dados estatísticos (para o cálculo da produção industrial).  |
| Energia e água           | 26,1                  | —                       | 65 999,24                            | Plano director de reabilitação e expansão das redes eléctricas; Política energética nacional; Implementação do plano director da reforma do sector eléctrico consubstanciada na revisão da lei geral de electricidade.   |
| Construção               | 25,6                  | 268 921                 | 423 708,02                           | Programa de reabilitação das infra-estruturas rodoviárias; Projecto de decreto executivo conjunto sobre multas (decorrentes das infracções ao Decreto n.º 9/91, de 23 de Março).   |
| Serviços mercantis       | 26,9                  | 250 381                 | 73 284,16                            | Lei das Actividades Comerciais; Criação das representações comerciais de Angola em Macau – China e Itália; Regulamento da Lei das Actividades Comerciais; Elaboração de diplomas jurídico-legais para as plataformas de logística e dos mercados municipais; Acções promotoras da rentabilidade económica da rede postal; Programa de desenvolvimento da rede básica (fase de reposição e modernização); Formulação do livro da sociedade da informação; Implementação do Fundo de Apoio às Comunicações (PALCOM). |
| Serviços não mercantis   | 1,9                   | —                       | 28 718,69                            | —  |

Fonte: Ministérios sectoriais.

Como se tem vindo a referir, o ano de 2009 foi particularmente adverso para a economia angolana, com reflexos sectoriais visíveis. No entanto, alguns sectores resistiram e conseguiram apresentar comportamentos positivos.

A tabela seguinte apresenta a adversidade de comportamentos durante o primeiro semestre de 2009.

QUADRO III.6  
Taxa de crescimento sectorial no I semestre de 2009  
(em %)

| Variáveis                                  | 1.º trimestre | 2.º trimestre | 1.º semestre | 2009* | Metas de p.09 |
|--|---------------|---------------|--------------|-------|---------------|
| <b>Sectores com comportamento positivo</b> |               |               |              |       |               |
| Agríc., pecuária e florestas               | 4,33          | 19,81         | 22,14        | 29,1  | 30            |
| Const. e obras públicas                    | 16,1          | -4,1          | 12,3         | 12,3  | 16            |
| Energia e água                             | 3,87          | 7,05          | 10,92        | 10,9  | 33            |
| Serviços não mercantis                     | 1,48          | 1,48          | 2,97         | 3     | 6,1           |
| Indústria transformadora                   | —             | —             | 1,0          | 9,0   | 18,0          |
| <b>Sectores com comportamento negativo</b> |               |               |              |       |               |
| Petróleo                                   | -2,84         | -2,41         | -5,24        | -3,6  | -6,1          |
| Diamantes                                  | -6,17         | 2,79          | -3,38        | 3,6   | 3,7           |
| Serviços mercantis                         | 0,7           | -8,7          | -8,1         | -8,1  | 10            |

Fonte: Ministério do Planeamento.

\* Previsões.

A agricultura acabou por ser o sector de actividade económica que contribuiu, de forma significativa, para a

manutenção do comportamento do nível geral da actividade económica em patamares controláveis e reversíveis no segundo semestre.

### 3.2.2. Sectores sociais:

No decurso de 2008, e de uma forma genérica, os sectores sociais registaram alterações positivas, destacando-se:

- aumento da segurança social em 18,1%;
- aumento de 7,1% no número de cidadãos beneficiando de reforma;
- pagamento de Kz: 272 000,00 (cerca de 250 dólares mensais) correspondente à reforma média;
- assistência e protecção de mais de 97 000 crianças no âmbito dos programas de assistência e reinserção social;
- diminuição, na ordem dos 5,8%, 17,5%, 42,7% e 35,3% nos casos notificados de malária, tuberculose pulmonar, cólera e HIV/SIDA, respectivamente;
- investimento de 2,9% do orçamento das despesas do Estado no fornecimento de habitações sociais e diversos serviços comunitários.

No quadro seguinte apresenta-se o desempenho dos diferentes sectores sociais.

QUADRO III.7  
Matriz de diagnóstico sectorial (2008)

| Sectores sociais                | Indicadores   | Emprego (n.º de trabalhadores) | Investimento público (milhões de Kz) | Reformas e medidas implementadas   |
|---------------------------------|---|--------------------------------|--------------------------------------|--|
| Educação                        | Alunos matriculados:<br>Alfabetização: 502 350<br>Ensino primário: 3 581 662<br>Ensino secundário: 2.º ciclo: 212 347<br>Ensino especial: 18 439  | 162 766                        | 18 469,36                            | Reforma do ensino médio técnico-profissional;<br>Informação do sector;<br>Revitalização do programa de alfabetização;<br>Formação e superação de professores do ensino geral;<br>Aquisição de material didáctico;<br>Formação de gestores;<br>Aperfeiçoamento das escolas e o reforço da inspeção escolar;<br>Carta escolar. |
| Saúde                           | TL* Malária: 0,35<br>TL D. resp. aguda: 0,15<br>TL D. diarr. aguda: 0,23<br>TL Desintensa: 0,26<br>TL Febre tifóide: 0,14<br>TL Schistosomíase: 0,0<br>TL Tuberculose conf: 0,31<br>TL Inf. trans. sexual e SIDA: 0,16<br>TL Malnutrição aguda: 2,07<br>TL Outras: 2,64<br>TL Total: 0,32                     | 60 887                         | 21 502,05                            |  |
| Assistência e reinserção social | Crianças assistidas pelo projecto leite e papa: 1564<br>Crianças afectadas com VIH/SIDA: 94 915<br>Jóvens em lares beneficiários de apoio social: 120 439<br>Crianças integradas mães tutelares: 334<br>Total da área desaminada m: 33 308<br>Beneficiários de assistência alimentar e não alimentar: 317 675 | —                              | 3 120,32                             |  |

| Sectores sociais                                  | Indicadoras  | Emprego (n.º de trabalhadores)   | Investimento público (milhões de kz) | Reformas e medidas implementadas  |
|---|--|--|--------------------------------------|---|
| Reformas institucionais e judiciais               | 1281 cursos, 174 seminários, 368 palestras e 271 conferências<br>Mobilização comunitária: 193<br>Beneficiários do microcrédito: 745<br>Palestras/trabalhos capacitadas: 359<br>Palestras/seminários sobre género: 190<br>Formação e capacitação técnica (nacional): 10<br>Empregos no órgão central: 105<br>Empregos nas direcções provinciais: 450                | 4 470  | 340,83                               | Prosseguimento da produção legislativa, estabelecimento do paradigma dos estatutos de governos provinciais, administrações municipais e comunas e criação do fundo de gestão municipal;<br>Implementação de medidas que visaram a melhoria progressiva da produção estatística oficial. |
| Habituação e saneamento                           |  | —  | —                                    | Produção de legislação no domínio do ordenamento do território e urbanismo e da habitação;<br>Elaboração e execução de programas e projectos nos respectivos domínios.  |
| Cultura juventude e desporto                      |  | —  | 1 978,74<br>14 408,21                |   |
| Comunicação social                                |  | —  | 21 531,98                            |   |
| Antigos combatentes e veteranos de guerra         |  | —  | 6,51                                 |   |
| Formação profissional                             | Capacidade de formação instalada: 60 516<br>Capacidade de formação utilizada: 56 982   |  |                                      |   |
| Protecção social obrigatória                      | Número de contribuintes: 21 367<br>Número de segurados: 625 342<br>Número de pensionistas: 71 318<br>Número total de funcionários: 297 571   | —  |                                      | Aprovação e implementação do Decreto n.º 38/08 de 19 de Junho;<br>Aprovação e implementação dos Decretos n.º 40/08 e 41/08 de 2 de Junho;<br>Aprovação e implementação do Decreto n.º 42/08 de 3 de Junho;  |
| Administração pública e administração do trabalho | Número de efectivos por províncias:<br><br>Cabinda .....<br>Zaire .....<br>Uíge .....<br>Luanda .....<br>Cuanza-Norte .....<br>Cuanza-Sul .....<br>Malanje .....<br>Luanda Norte .....<br>Luanda Sul .....<br>Benguela .....<br>Huambo .....<br>Bihé .....<br>Moxico .....<br>Cuando Cubango .....<br>Namibe .....<br>Huíla .....<br>Cunene .....<br>Bengelo ..... | 9 867<br>5 832<br>10 699<br>73 491<br>7 487<br>17 213<br>10 815<br>6 906<br>5 000<br>31 763<br>24 057<br>20 362<br>9 724<br>6 730<br>8 246<br>28 348<br>8 727<br>6 302 | 586,92                               |   |

\* TI. — Taxa de largidade

#### 4. Problemas actuais e potencialidades:

Os sectores económicos e sociais apresentam um conjunto variado de problemas que limitam a obtenção de desempenhos mais significativos. A sua remoção é um factor indispensável para o aproveitamento das suas potencialidades.



QUADRO IV.1  
Matriz de problemas actuais e potencialidades

| Sectores económicos     | Problemas actuais   | Potencialidades   |
|-------------------------|---|---|
| <b>Agricultura</b>      | <p>Escassez de pessoal qualificado;</p> <p>Sistema de investigação agrário-predário;</p> <p>Elevados custos de produção associados à importação de factores de produção;</p> <p>Constrangimentos em consequência da existência de minas em regiões com potencial agrícola.</p>  | <p>Existência de solos de elevada aptidão agrícola, a biodiversidade, a última e a genética;</p> <p>Abundância de recursos hídricos;</p> <p>Mão-de-obra disponível.</p>   |
| <b>Pesca</b>            | <p>Escassez de quadros e empregados com capacidade técnica requerida;</p> <p>Dificuldade na obtenção de financiamentos;</p> <p>Estado de degradação avançada da frota industrial;</p> <p>Degradação dos portos, dos estaleiros e da infra-estrutura de apoio logístico;</p> <p>Carência de matéria-prima;</p> <p>Escassez de alguns recursos pesqueiros;</p> <p>Problemas ambientais ligados à não protecção efectiva de zonas aquáticas, a debilidade do sistema de tratamento de lixo e águas;</p> <p>Falta de infra-estrutura de armazenamento;</p> <p>Falta de empostos frigoríficos para distribuição da mercadoria;</p> <p>Baixo índice de realização dos investimentos preconizados.</p> |   |
| <b>Petróleo</b>         | <p>Carência de recursos humanos qualificados;</p> <p>Insuficiência das infra-estruturas do downstream;</p> <p>Elevado grau de dependência tecnológica do exterior;</p> <p>Baixa capacidade empresarial nacional e a escassa tradição industrial.</p>  | <p>Existência de grandes reservas dos recursos naturais por explorar;</p> <p>Existência de condições económicas e políticas favoráveis ao investimento;</p> <p>Elevado potencial de agregação da cadeia downstream, dado o actual estágio das infra-estruturas de armazenagem, transporte e distribuição.</p>   |
| <b>Geologia e minas</b> | <p>Ineficiente cobertura e do conhecimento geológico do País.</p> <p>Escassez de infra-estruturas geológicas e de apoio à actividade mineira.</p> <p>Elevadas taxas de transportação (caminho-de-ferro) e aduaneiro para as empresas mineiras do subsector de rochas ornamentais no Sul do País;</p> <p>Existência de áreas de concessões mineiras por desmentir;</p> <p>Dificuldades em honrar os compromissos financeiros com prestadores de serviços baseado na exiguidade de verbas financeiras.</p>  | <p>Semelhança das formações geológicas com as das vizinhas.</p> <p>Diversas ocorrências mineiras identificadas.</p> <p>Grande potencial de miniflora conhecida e por descobrir.</p> <p>Território ainda pouco prospectado.</p> <p>Grande expansão do sector e sua institucionalização.</p> <p>Possibilidade de escoamento dos produtos pelas vias marítimas e ferroviárias.</p> <p>Potencial efectivo para contribuir para a redução da pobreza.</p>  |
| <b>Indústria</b>        | <p>A falta de pólos de desenvolvimento industrial.</p> <p>Ausência de um sistema tributário que contemple mecanismos de incentivos de crédito e que evite também a dupla tributação.</p> <p>A falta de uma política específica de protecção à indústria nacional.</p> <p>Insuficiência de centros de formação ligados, basicamente, ao sector industrial nos mais variados segmentos.</p> <p>Elevada morosidade do processo de liberação alfandegária das mercadorias importadas.</p>   | <p>Proximidade de matérias-primas para algumas actividades industriais (fabricação de cimento, cerâmica de barro vermelho e branco, sumos, conservas de fruta, de frutos secos e peixe, licores, etc.).</p> <p>Condições técnicas e materiais para instalações de pólos de desenvolvimento industrial e condomínios industriais.</p> <p>Reabilitação de infra-estruturas com destaque para as estradas e caminhos-de-ferro, além de fontes de fornecimento de energia eléctrica e água.</p> |
| <b>Construção</b>       | <p>Baixa oferta dos principais materiais de construção;</p> <p>Lentidão do processo de desminagem e remoção de engulhos explosivos.</p> <p>Dificuldades de contratação de mão-de-obra qualificada.</p> <p>Morosidade dos processos de importação de equipamentos e meios técnicos.</p> <p>Difíceis condições locais em termos logísticos e de acessibilidade, em algumas localidades.</p> <p>Baixo índice de execução do Orçamento Geral do Estado, em particular, dos investimentos.</p>   | <p>Existência de um levantamento do estado físico geral das infra-estruturas administrativas.</p> <p>Existência de um diagnóstico do estado das infra-estruturas rodoviárias.</p> <p>Existência de estudos e projectos de combate às ravinas em várias províncias.</p>  |
| <b>Energia</b>          | <p>Ausência de integração das três linhas paralelas construídas no passado (direcção litoral/interior).</p> <p>Destruição de parte dessas linhas, sendo a linha Sul a mais afectada.</p> <p>Dificuldades de expandir a curto e médio prazo a produção de energia eléctrica pela construção de grandes hidroeléctricas, devido ao elevado prazo de maturação (cerca de 7 anos).</p> <p>Grandes constrangimentos ao fornecimento de energia em Luanda e sede das províncias.</p>  | <p>Potencial hídrico, eólico, solar e biomassa.</p> <p>Capacidade institucional (ministério, empresas públicas do sector).</p> <p>Disponibilidade de recursos/acesso a recursos de investimentos.</p> <p>Potencial de parcerias público-privadas na geração e distribuição de energia.</p> <p>Crescimento regular da procura.</p> <p>Existência de novas tecnologias.</p>   |

| Setores económicos      | Problemas actuais   | Potencialidades  |
|-------------------------|---|--|
| Água                    | <p>Mecanismo de fixação de tarifas inadequadas.</p> <p>Atraso na concessão de vistos para técnicos experientes envolvidos em vários projectos.</p> <p>Dificuldades de aquisição de insumos no mercado interno (cemento).</p> <p>Construções e ocupações indevidas por oportunistas em alguns trechos dos projectos.</p> <p>Excessiva dependência dos mercados externos para a aquisição de equipamentos, peças, acessórios e consumíveis.</p>   | <p>Potencial hídrico de Angola (47 bacias hidrográficas principais).</p>   |
| Comércio                | <p>Dificuldades para o aproveitamento de todas as facilidades que são decorrentes dos acordos bilaterais e multilaterais, no domínio do comércio.</p> <p>Obstáculos para uma mudança de foco da actividade comercial, que deveria voltar-se para o consumidor e seus direitos.</p> <p>Comércio informal.</p> <p>Comércio fronteiriço (desde que não se verifique a reciprocidade de vantagem).</p>  | <p>A desburocratização das actividades comerciais, através da aprovação da Lei das Actividades Comerciais e da Lei da Defesa da Concorrência, em 2007 e 2005, respectivamente.</p> <p>Os centros logísticos de distribuição do PRS/D NRC, que servem como uma espécie de indicador para o potencial de rápido crescimento da economia real.</p> <p>A continuidade do programa <i>train for trade</i>, visando o aumento da capacidade de negócios.</p> <p>Potencial da actividade económica e impacto que detém na dinamização do comércio.</p>  |
| Telecomunicações e T.I. | <p>Demora acentuada nos trabalhos de desinstalação das rotas de instalação das infra-estruturas da rede básica de telecomunicações;</p> <p>Não integração cooperativa com outras entidades que tenham programas de infra-estruturas com demandas, para efeitos de execução, semelhantes as do sector.</p> <p>Atraso na entrada em vigor dos novos modelos de gestão para a da rede básica da Angola Telecom, no âmbito ENCTA e também do âmbito do INAMET.</p> <p>Grande escassez de recursos humanos, em qualidade e quantidade suficientes.</p> <p>Falta de um tratamento sistemático dos dados e das informações derivadas das actividades do sector.</p> <p>Sérios problemas com as infra-estruturas postais, de meteorologia e de geofísica. Insuficiências de meios tecnológicos e dos meios humanos para o transporte de malas postais.</p>  | <p>Através da telecomunicação, acelerar o processo de estruturação dos serviços públicos básicos às populações e de viabilização de vários empreendimentos públicos e privados.</p> <p>Através dos serviços postais, a perspectiva de operacionalização dos conceitos de «corredores de proximidade» e de «estações multifuncionais» que poderão funcionar como importantes ferramentas para a fixação das populações nas suas áreas de origem.</p> <p>Através de meteorologia e geofísica, a capacidade potencial de apoiar, em suas respectivas missões, a aeronáutica, o ambiente, as águas, a pesca, a agricultura e o planeamento urbano. Também seria capaz de contribuir bastante com os órgãos responsáveis pela prevenção e socorro às situações de catástrofes naturais.</p> <p>Através da tecnologia da informação, a capacidade intrínseca de aumentar a produtividade de todos os sectores que possam observar seus processos gerando economia de escala.</p> |
| Hotelaria e turismo     | <p>Falta de comunicação, coordenação, uniformização de conceitos relacionados à actividade turística e de interligação entre sectores e entidades administrativas.</p> <p>Falta de planos directores para as áreas estratégicas do turismo.</p> <p>Oferta muito escassa de serviços educacionais voltados para o turismo.</p> <p>Fraqueza envolvimento e baixa consciência das populações locais, em especial no meio rural, para a importância do turismo.</p> <p>Baixo nível de informação e formação de pessoas pertencentes às comunidades com vista à preservação e manutenção de recursos naturais com valoração turística, reflexo da fraca intervenção nas zonas de interesse.</p> <p>Ausência de um plano para a gestão e zoneamento turístico.</p> <p>Fraqueza disponibilidade de recursos financeiros.</p> <p>Inexistência de um mecanismo específico para o apoio ao fomento turístico.</p>   | <p>Processo de desconcentração de competências do Governo, com novas oportunidades de planificação e desenvolvimento provincial.</p> <p>Oportunidade de exploração turística a partir dos novos pólos de desenvolvimento económico e o aquecimento de mercados intra regionais e locais.</p> <p>Criação de novos centros de convenções que servirão para a realização de eventos políticos, culturais, desportivos e científicos.</p> <p>Exploração mais efectiva, do património etnológico e cultural diversificado e da rica variedade de realidades climáticas.</p> <p>Viabilidade económica da exploração turística e a partir das novas infra-estruturas de País.</p>   |
| Transportes             | <p>Inexistência de um plano estratégico de médio prazo, consistente.</p> <p>Falta de projectos concretos e/ou devidamente estudados em situação de implementação.</p> <p>Organização incipiente dos serviços do ministério.</p> <p>Deficiências graves em termos de governação, informação financeira (contabilidade) e controlo de gestão nas empresas do SEP dos transportes.</p> <p>Situação de ruptura em alguns sectores dos transportes, em particular sector aéreo sector marítimo -- portuário e transportes rodoviários de passageiros.</p> <p>Falta de capacidade de gestão profissional de projectos no sector.</p> <p>Baixa qualificação, genericamente, dos recursos humanos do sector. Escassez, qualitativa e quantitativa.</p> <p>Necessidade de implementação de programas profundos de reestruturação de empresas estratégicas do SEP (TAAG, ENANA, SECIL MARITIMA).</p> <p>Baixa densidade populacional e grande dispersão de centros urbanos mantendo-se, ainda, uma elevada degradação das infra-estruturas, como factores condicionantes da oferta eficiente de transportes públicos.</p> <p>Regulação e regulamentação das actividades inerentes aos vários sub-sectores dos transportes de publicação muito recente e ainda incompleta.</p> | <p>Relançamento do sector marítimo nacional, quer em termos de transportes marítimos internacionais, quer nacionais (cabotagem e fluvial).</p> <p>Incremento da demanda derivada do sucesso das políticas nacionais de expansão e cooperação regional (SADC, CFEAC), decorrente do aumento das actividades empresariais.</p> <p>As necessidades ditadas pelos programas de desenvolvimento para o ordenamento do território e para as reformas das administrações locais, tendem a gerar novas oportunidades para o sector, justificando investimentos em novas plataformas logísticas.</p>  |

| Sector económico                                 | Problemas actuais  | Potencialidades   |
|--|--|---|
| <b>Sector empresarial do Estado</b>              | <p>Ineficiente actuação do Estado na gestão dos mandatos das funções de administração, direcção e fiscalização das empresas do SEP e na avaliação sistemática do seu desempenho.</p> <p>Controlo deficiente das relações financeiras entre o Estado e as empresas do SEP, nomeadamente no tocante a subsídios, impostos, créditos e débitos.</p> <p>Actuação quase independente das administrações e direcções das empresas do SEP.</p> <p>Ausência de prestação de contas ao Estado de parte significativa das empresas do SEP.</p> <p>Fracos níveis de eficiência operacional das empresas do SEP.</p> <p>Existência de pessoal excedentário e custos elevados.</p> <p>Níveis baixos de produção e produtividade.</p> <p>Endividamento elevado.</p> <p>Descontrolo patrimonial.</p> <p>Acumulação persistente de resultados negativos.</p> <p>Não concretização efectiva do processo de transição do modelo de «unidade económica estatal» para o modelo de «empresa pública».</p> | <p>Implementação de um sistema de informação do SEP.</p> <p>Expansão da capacidade de acompanhamento.</p> <p>Alargamento do sector responsável pelo SEP.</p>  |
| <b>Educação</b>                                  | <p>Fraca e deficiente capacidade de formação de docentes e gestores escolares.</p> <p>Deficiência de acção da inspecção escolar.</p> <p>Carência de pesquisa mais aprofundada para uma melhor avaliação do sector.</p> <p>Deficiência de acção da inspecção escolar.</p>   | <p>Interesse crescente pela questão ambiental.</p> <p>Novas abordagens relacionadas às metodologias de análise e de apreciação da viabilidade económica de projectos.</p>   |
| <b>Juventude e desportos</b>                     | <p>Fraca fiabilidade de dados e informações estatísticas provenientes das províncias, federações desportivas, associações juvenis e desportivas.</p> <p>Ineficiência de infra-estruturas juvenis e desportivas, agravadas pela deficiente gestão, manutenção e conservação das mesmas.</p> <p>Difícil situação de inserção social dos jovens desmobilizados e reassentados e a baixa oferta de oportunidade do primeiro emprego, aumentada pelo baixo nível de escolaridade e de formação profissional dos jovens.</p> <p>Fracos apoios de potenciais parceiros institucionais e sociais (bancos, associações e etc.) para o desenvolvimento dos desportos de alto competição e na solução de outros problemas da juventude.</p> <p>Escassez de técnicos, e quadros qualificados, treinadores especializados e de agentes desportivos preparados.</p> <p>Fracos inserção das mulheres e dos jovens deficientes no desporto.</p>  | <p>A criatividade, energia, curiosidade e espírito empreendedor, os jovens angolanos têm o potencial de alterar hábitos negativos na sociedade e comportamentos de violência e de discriminação que passam de uma geração para outra.</p> <p>A capacidade inegável do desporto de promover relações humanas salutares, ampliando a integração e a satisfação das necessidades sociais das comunidades, a consideração da paz e a coexistência entre os povos.</p> <p>Capacidade organizativa acumulada na realização de várias competições e eventos desportivos regionais e internacionais.</p> <p>Possibilidade de implementar um sistema de gestão electrónico através do uso de novas tecnologias de informação, no intercâmbio de dados, concorrendo inclusive para o incremento de hábitos de participação massiva da população na prática desportiva num ambiente seguro e saudável.</p> |
| <b>Família e promoção da mulher</b>              | <p>A ausência de dados desagregados por sexo em quase todas as áreas da vida política, económica, social e cultural do País.</p> <p>Inadequados e insuficientes recursos humanos e financeiros alocados ao sector.</p> <p>Inexistência na inadequação de legislação que seja capaz de gerar um ambiente favorável ao tratamento das questões da família e da mulher.</p> <p>Desconhecimento, por parte de diversos segmentos da sociedade angolana, da importância do desenvolvimento de um olhar mais crítico e participativo nas discussões dos problemas em que a dimensão género é relevante.</p>  | <p>Ratificação de convenções da ONU sobre a mulher, género e família, que poderão inspirar avanços significativos nas propostas intentadas e melhorar o nível de conscientização dos indivíduos para o tratamento das questões de género.</p> <p>As boas perspectivas de organização das mulheres para a participação em movimentos que tratam de assuntos como empoderamento económico, direitos humanos e violência.</p>  |
| <b>Antigos combatentes e veteranos de guerra</b> | <p>Dificuldades na aplicação efectiva da Lei n.º 13/02, de 15 de Outubro, Lei do Antigo Combatente e do Deficiente de Guerra, momento dos direitos sociais nela previstos.</p> <p>Os custos actuais de materiais e de serviços não previstos inicialmente nos projectos, bem como a paralisação por utilização de materiais inadequados.</p> <p>Falta de pessoal especializado na área social, para melhor apoio aos assistidos.</p> <p>Inexistência de uma base central de dados dos recensados.</p>  |   |
| <b>Cultura</b>                                   | <p>Exiguidade de recursos financeiros.</p> <p>Infra-estruturas com espaço reduzido.</p> <p>Prescricção de algumas instalações.</p> <p>Transporte de material, em especial para os municípios e as comunas.</p> <p>Baixo nível de desembolsos que acarreta problemas sérios na gestão dos empreendimentos.</p> <p>Carências na formação técnico-profissional, alto grau de dependência de equipamentos do exterior, a fragilidade e a concentração do parque gráfico nacional e a lentidão do processo de modernização tecnológica.</p>   | <p>A cultura como uma das principais fontes de incentivo para o turismo.</p> <p>A crescente divulgação através das mídias, inclusive no exterior, da cultura e da arte angolana.</p> <p>Interamente, contribui também para a consolidação da unidade nacional, despertando o sentimento da angolanidade.</p> <p>A considerável capacidade e dinâmica para a aborção de desafios decorrentes do processo de desenvolvimento político, económico e social do País.</p> <p>Aumento da participação da sociedade no processo de discussão dos problemas e da realidade angolana, despertando um maior interesse e necessidade por informações.</p>  |

| Sectores económicos                               | Problemas actuais   | Potencialidades  |
|---|---|--|
| Ensino superior                                   | <p>Inadequação do perfil do professor relativamente à sua formação académica e pedagógica apropriada à sua valorização e o seu reconhecimento comprometendo o cumprimento da missão educativa.</p> <p>Inadequação dos perfis dos estudantes em relação aos perfis de entrada exigidos nos diferentes cursos do ensino superior condicionado à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem e</p> <p>Falta de orientação, enquadramento nos critérios de ingresso e nos serviços de apoio social por parte de muitos alunos na escolha de cursos, assim como os seus perfis de formação na saída, que não correspondem às expectativas do mercado.</p>   | <p>Reconhecimento, por parte da sociedade, da importância do ensino superior como uma ferramenta para o desenvolvimento do País como um todo e não apenas dos que terão a oportunidade de acesso.</p> <p>A conceção de possíveis distorções no processo de desenvolvimento, o bom funcionamento das instituições democráticas e a participação da sociedade civil estão dentre os factores que se garantem a partir de uma estrutura de ensino superior.</p> <p>A experiência e a maturidade alcançadas durante os.</p> <p>O recurso ao financiamento dos projectos do sector por via da cooperação bilateral, multilateral, regional, fundos dos petróleos, fundos próprios provenientes das multas, propinas, as parcerias, constituem instrumentos através dos quais se concretizarão a visão que se pretende imprimir ao desenvolvimento do sector e;</p> <p>A revisão e o reforço dos instrumentos legais, normas e procedimentos que permitirão elevar a eficiência de gestão e a materialização dos objectivos.</p> |
| Reformas institucionais e judiciais               | <p>Problemas técnicos na execução dos programas.</p> <p>Problemas de gestão na execução dos programas.</p> <p>Falta de fiscalização residente nas obras sediadas em localidades de difícil acesso por via terrestre.</p> <p>Não aplicação de materiais apropriados.</p> <p>Suspensão de contratos por má execução de obras.</p>   |  |
| Administração do território                       | <p>Debilidade geral da administração pública central e local.</p> <p>A insuficiência do quadro jurídico legal.</p> <p>Sistema financeiro e fiscal que não geram recursos financeiros locais e próprios.</p> <p>Gravante falta de recursos humanos e a concentração de quadros administrativos, médios e superiores nos principais centros urbanos;</p> <p>Como consequência da falta de quadros, a nível local, há uma fraca capacidade de gestão técnica, administrativa, financeira, acompanhamento e avaliação dos programas de desenvolvimento.</p> <p>Ausência de cultura de elaboração de programas participativos.</p>   |  |
| Administração pública e administração do trabalho | <p>Extensão temporária da conclusão dos investimentos do sector devido às dificuldades financeiras.</p> <p>Insuficiência qualitativa dos recursos humanos.</p> <p>Debilidade das redes de telecomunicações para uma eficiente gestão integrada dos recursos humanos.</p>  | <p>População com média de idade bastante baixa, o que propicia um longo período de capitalização dos recursos previdenciários até à maturação do sistema.</p>  |
| Ciência e Tecnologia                              | <p>Ausência significativa de um sistema, uma de política e ainda de uma lei nacional de ciências tecnologia e inovação.</p> <p>Importantes estrangulamentos no sistema educacional, redundando na insuficiência de investigação, pequeno número de quadros nacionais especializados e uma deficiente cooperação científica e tecnológica.</p> <p>Insuficiência de infra-estruturas e de recursos financeiros para apoio à investigação científica e desenvolvimento tecnológico, em especial de um fundo de apoio.</p> <p>Do ponto de vista institucional, pedem ser apontadas as situações de frágil formação de uma cultura industrial, da precária coordenação e continuidade institucional e a pouca divulgação da actividade científica.</p> | <p>Perspectiva de um amplo conjunto de actividades no âmbito da cooperação internacional, como servem de exemplo as possibilidades de prática do protocolo da SADC, do acordo com os países da CPLP e a adesão ao centro internacional de hightechnology e engenharia genética.</p> <p>Aproveitamento de novas tecnologias e conhecimento específico que deverão ser gerados a partir do grande número de instituições e pesquisadores envolvidos no I &amp; D.</p> <p>A perspectiva de consciencialização das sociedades para a importância do sector de urbanismo e habitação;</p> <p>Ambiente favorável para avanços na esfera jurídica em questões de interesses do sector.</p>  |
| Urbanismo e habitação                             | <p>Necessidade do reforço da capacidade institucional do INH.</p> <p>Carência de meios humanos, materiais e técnicos, bem como ausência de incentivos aos investimentos no domínio imobiliário habitacional.</p>  |  |

### 5. Objectivos e prioridades nacionais e sectoriais (2010-2011):

Depois de um ano marcado por algumas incertezas e muitas dificuldades, sobretudo, como reflexos da crise financeira internacional, a economia angolana terá que fazer de 2010 o ano da retoma, a exemplo de diversas economias nacionais espalhadas pelo globo. Esta deverá ser também a tônica da orientação do Plano Nacional 2010-2011. É óbvio que os princípios e as directrizes de médio e de longo prazo espelhadas nos documentos programáticos do Governo —

como Plano 2009-2012 e a estratégia de desenvolvimento de longo prazo 2000-2025, continuam válidas, quanto ao crescimento acelerado e sustentável, a estabilidade macro-económica, o aumento do emprego e dos rendimentos e as reformas do Estado.

Os objectivos e prioridade para 2010 e 2011 são:

#### 5.1. Objectivos e prioridades nacionais:

promover a unidade e coesão nacional e consolidação da democracia e das suas instituições.



garantir um ritmo elevado e sustentado de desenvolvimento económico, com estabilidade macro-económica, transformação e diversificação das estruturas económicas;

melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento humano dos angolanos;

estimular o desenvolvimento do sector privado e apoiar o empresariado nacional;

reforçar a inserção competitiva de Angola no contexto internacional;

implementar uma política de desenvolvimento rural e periurbano que mitigue o desequilíbrio na qualidade de vida entre os meios rural e urbano;

promover um acelerado desenvolvimento industrial com vista a substituir as importações;

reabilitar e desenvolver as infra-estruturas necessárias à reconstrução e desenvolvimento do País;

modernizar o sistema financeiro e transformar Angola numa praça financeira regional e internacional forte;

definir e implementar uma política de protecção social e solidariedade nacional adequada;

assegurar a rápida urbanização dos musseques e modernização das comunidades urbanas.

## 5.2. Objectivos e prioridades sectoriais:

### 5.2.1. Sectores económicos:

Os objectivos definidos para as áreas económicas decorrem dos objectivos gerais e específicos definidos pelo Governo e das propostas contidas no plano de desenvolvimento 2009/2012.

#### 5.2.1.1. Agricultura:

No geral, pretende-se promover o desenvolvimento socioeconómico integrado e sustentável do sector agrário, assumindo em consequência os seguintes objectivos:

desenvolver capacidades institucionais de investimentos e de recursos humanos na investigação agrária;

garantir o acesso à terra e os recursos naturais produtivos;

contribuir para adequada implementação da linha de crédito para apoio às associações, cooperativas, pequenos e médios produtores;

apoiar o relançamento da actividade económica ligada ao sector agrário através da reabilitação de infra-estruturas de apoio à actividade produtiva ligada ao sector;

colaborar com outras estruturas governamentais na promoção do comércio no meio rural;

promover o desenvolvimento integrado de fileiras estratégicas (*clusters/agronómicos*);

revitalizar e diversificar a economia rural, contribuindo para o combate à fome, à pobreza, à melhoria das condições de vida das famílias camponesas e a maior segurança alimentar;

promover a criação de sinergias para os programas e acções do sector através da articulação de parcerias público-privadas;

promover acções e sensibilizar todos os actores do processo de desenvolvimento do sector agrário para a gestão sustentável dos recursos naturais, designadamente solo, água, floresta e biodiversidade.

#### 5.2.1.2. Pescas:

O papel do sector circunscreve-se na garantia de uma melhor qualidade de vida, bem como de níveis mais elevados de segurança, estabilidade e bem-estar das populações a partir de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do sector pesqueiro. Neste sentido, os objectivos a alcançar durante o período são os que seguem:

contribuir para a melhoria do bem-estar das populações através da minimização da fome e do aumento das oportunidades de emprego;

valorizar o capital humano e capacitar os serviços e unidades produtivas;

melhorar a gestão dos recursos e diversificar as técnicas e métodos de produção;

operacionalizar os instrumentos de produção (frota e indústria) através da harmonização das suas funcionalidades;

gerir de forma integrada as zonas costeiras e compatibilizar os seus diferentes usos;

incentivar a investigação científica, a inovação e a valorização do saber tradicional.

#### 5.2.1.3. Petróleo:

O sector procurará otimizar o contributo do *cluster* «petróleo e gás natural» para o desenvolvimento e diversificação da economia angolana e assegurar a inserção estratégica do petróleo e gás natural do País na matriz energética mundial. A nível regional, no período do plano, o sector deve perseguir os objectivos seguintes:

contribuir para a sustentabilidade do nível da produção petrolífera;

fomentar a dinamização da cadeia de fornecimentos de bens e serviços ao sector petrolífero; e

apoiar a diversificação do sector através do desenvolvimento da fileira do petróleo.



**5.2.1.4. Geologia e minas:**

O sector deverá contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento de Angola, a partir de uma exploração racional e responsável dos recursos minerais, sustentando a desclavização da economia angolana, através do apoio à diversificação e surgimento de novas actividades valorizadoras dos recursos minerais do País, devendo em consequência perseguir os objectivos que se seguem:

- aumentar o conhecimento do potencial geológico-mineiro do País de modo a contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento de Angola;
- contribuir para o rápido, consistente e organizado desenvolvimento do sector, de forma a incrementar o valor acrescentado nacional, no contexto de um *cluster* dos recursos minerais e da diversificação da economia nacional e contribuir para o desenvolvimento sustentável de Angola.

**5.2.1.5. Indústria transformadora:**

O sector deverá dar continuidade à recuperação da produção industrial, através da criação de mecanismos para a instalação de novas empresas industriais e viabilização das indústrias existentes, atendendo os objectivos que se seguem:

- contribuir para a coordenação de estratégias económicas empresariais visando o incremento da produtividade, da competitividade e do emprego;
- proceder à reestruturação, regulamentação jurídica e organização de processos de privatização de empresas industriais detidas pelo Estado;
- conceber e fazer aprovar normas visando o aumento da qualidade da produção nacional;
- reforçar as instituições relacionadas com a actividade industrial;
- acompanhar os processos de cooperação internacional (bilaterais e multilaterais).

**5.2.1.6. Construção:**

O sector face aos problemas que o País continua a experimentar em matéria de infra-estruturas, quer básicas como económicas, durante o período do plano procurará alcançar os objectivos que se seguem:

- melhorar a circulação de pessoas e bens;
- contribuir para o aumento da produção dos materiais de construção;
- melhorar as condições institucionais da administração local com vista à reposição e modernização dos serviços públicos;

continuar o combate à erosão e adoptar medidas para a sua contenção;

desassorear e regularizar os leitos dos rios em situação crítica;

fomentar a habitação no quadro do realojamento e melhorar o saneamento básico de algumas cidades.

**5.2.1.7. Energia:**

Do sector espera-se que venha a exercer o papel que lhe está reservado em matéria de aumento da produtividade da economia, devendo assegurar a oferta compatível com a procura face ao crescimento económico e desenvolvimento nacional. Para o efeito os objectivos previstos são os que se seguem:

reabilitar, modernizar e expandir as capacidades de produção de energia eléctrica a prosseguir com a reorganização institucional do sector eléctrico;

promover o desenvolvimento da rede nacional de transporte, incluindo a interligação dos sistemas Norte/Centro e Centro/Sul;

promover o desenvolvimento de fontes locais, como mini e microcentrais hidroeléctricas;

iniciar o Programa Nacional de Electrificação;

aumentar e diversificar a produção de electricidade com uso de fontes hídrica, solar, eólica e biomassa;

assegurar um sistema tarifário que garanta os custos dos operadores e que proteja os grupos populacionais vulneráveis;

assegurar a correcta gestão dos sistemas mediante a sistematização da operação e da manutenção;

promover a reforma do sector com base no plano director já aprovado;

promover a formação permanente de quadros para o sector.

**5.2.1.8. Comércio:**

Do sector espera-se que venha a dinamizar o mercado interno de bens e serviços, devendo para o efeito perseguir os objectivos que se seguem:

aumentar as disponibilidades de produtos essenciais (cabaz de compras básico), fomentando o comércio rural;

estabilizar os preços de venda do cabaz de compras básico, funcionando como travão à actuação de agentes especulativos e proporcionando, às famílias de menores rendimentos, segurança mínima na gestão de seus orçamentos;

assegurar a existência de reservas alimentares estratégicas e de segurança em níveis recomendados;

promover o aumento relativo da comercialização de produtos de origem nacional e a criação de uma rede comercial operativa e adequada às necessidades do mercado,

reduzir para níveis mais adequados, tendo em conta a eficiência do sistema económico, a participação de monopolistas e oligopolistas;

promover a criação de plataformas logísticas que sirvam o duplo objectivo de articular o território e valorizar a posição geoestratégica de Angola.

#### 5.2.1.9. Telecomunicações e tecnologia de informação:

##### Telecomunicações

Assegurar a expansão das infra-estruturas de suporte à oferta de serviços diversificados de informação e comunicação, que devem estar disponíveis à sociedade como um todo, em todas as regiões do País e com boa qualidade e preços acessíveis.

##### Correios

Realizar uma prestação universal dos serviços postais, promovendo a integração nacional através de uma rede de estações multifuncionais com serviços diversificados.

##### Meteorologia e geofísica

Buscar uma adequação dos serviços do sector à prestação de utilidade pública, colocando ênfase nos aspectos operacionais, de economicidade de infra-estruturas e de redes de observação, em articulação com a investigação e o desenvolvimento.

##### Tecnologia da informação

Promover o desenvolvimento da sociedade da informação, por meio do combate à exclusão digital e à expansão dos projectos de governança electrónica.

#### 5.2.1.10. Hotelaria e turismo:

O sector, face às potencialidades que o País dispõe, deve reestruturar, de maneira eficiente, os recursos existentes, assim como garantir o seu desenvolvimento sustentável e harmonioso, de forma a valorizar o património turístico nacional, gerando emprego e rendimento. Neste sentido, os objectivos a perseguir são os que seguem:

expandir a rede hoteleira a nível nacional;  
definir planos territoriais e de ordenamento turístico específicos para cada província;

actualizar e modernizar a legislação vigente e criar legislação complementar;

criar um sistema nacional de formação profissional para o turismo.

#### 5.2.1.11. Transportes:

Do sector espera-se que venha no período facilitar a intensificação da circulação de pessoas e bens, devendo neste sentido perseguir os objectivos que se seguem:

consolidar uma rede estruturada de transportes públicos de passageiros aos níveis municipal, provincial, interprovincial e das cidades do País que garanta maior mobilidade das pessoas e assegurem a intermobilidade de transportes a partir de terminais rodoviários;

efectuar o relançamento do transporte ferroviário a partir de uma exploração comercial racional e adequado às necessidades das populações, dos empresários e dos produtores agrícolas, bem como assegurar a reabilitação de oficinas e equipamentos ferroviários;

dar continuidade às acções para o descongestionamento dos portos do País e construção de novas infra-estruturas portuárias, quer de primeira, quer de segunda linha, que assegurem a fluidez do comércio internacional e reduzam significativamente os elevados custos actuais que a economia suporta;

consolidar a reestruturação do sector aéreo em Angola, sustentando o desenvolvimento do transporte aéreo nacional e internacional, modernizando os aeroportos e instituindo a regulação aeronáutica nacional ao nível dos melhores padrões internacionais;

iniciar o relançamento sustentado da actividade marítima em Angola, quer a nível internacional, quer de cabotagem, melhorando igualmente a segurança marítima e a fiscalização ao longo da costa angolana.

#### 5.2.1.12. Prestação social obrigatória, seguros e fundo de pensões:

proteger os trabalhadores e as respectivas famílias nas situações de falta de capacidade de rendimento maternidade, acidente de trabalho, doença profissionais, velhice e morte;

compensar o aumento dos encargos às situações familiares;

assegurar os meios de subsistência aos segurados através da atribuição de prestações sociais.

#### 5.2.1.13. Serviços financeiros:

A política de desenvolvimento do sector financeiro visa os seguintes objectivos:

construir sistemas bancários e segurador modernos, eficientes, sustentáveis e assegurar o funcionamento competitivo e regulado dos mercados financeiros;

promover a captação da poupança e orientá-la para as prioridades de desenvolvimento do País.

#### 5.2.1.14. Sector empresarial do Estado:

reordenar a posição do Estado na economia;

assegurar a reestruturação económica do sector público;

dinamizar o investimento nas actividades mais relevantes para a economia;

contribuir para a reestruturação económica do sector privado;

contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais.

#### 5.2.2. Sectores sociais:

Com as políticas sociais propostas, o Governo pretende atingir uma vasta gama de objectivos concorrentes para a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida da população. Estes objectivos fazem parte da estratégia de combate à pobreza, que no momento está a ser implementada no contexto dos diferentes programas do Governo. Enumeram-se em seguida os objectivos sociais mais relevantes:

##### Objectivos da ECP

1. Garantir as condições mínimas de segurança física do cidadão através da desminagem, do desarmamento e da garantia da lei e ordem por todo o território nacional.

2. Minimizar o risco de fome, satisfazer as necessidades alimentares internas e relançar a economia rural como sector vital para o desenvolvimento sustentado.

3. Controlar a propagação do VIH/SIDA e mitigar o impacto nas pessoas vivendo com VIH/SIDA e suas famílias.

4. Assegurar o acesso universal ao ensino primário, eliminar o analfabetismo e criar as condições para a protecção e integração de adolescentes, jovens e pessoas com necessi-

dades educativas especiais, garantindo, sempre a equidade de género.

5. Melhorar o estado de saúde da população, em especial através do aumento do acesso a cuidados primários de saúde de qualidade e do controlo da propagação do VIH/SIDA.

6. Reconstruir, reabilitar e expandir as infra-estruturas básicas para o desenvolvimento económico, social e humano.

7. Valorizar o capital humano nacional, promover o acesso a emprego e auto-emprego e dinamizar o mercado de trabalho garantindo a protecção dos direitos dos trabalhadores.

8. Consolidar o Estado de Direito, tornar mais eficiente a prestação da administração pública, aproximando-a mais do cidadão e das suas necessidades, e assegurar transparência e responsabilização na formulação de políticas, e na gestão dos recursos públicos.

9. Manter um ambiente de estabilidade macroeconómica que evite desequilíbrios nos mercados (prejudiciais para os mais pobres) e estimule o crescimento económico.

#### 5.2.2.1. Educação:

Em particular, o combate da pobreza reserva ao sector da educação um papel relevante, pelo que durante o período do plano, deve perseguir os objectivos que se seguem:

reduzir o analfabetismo de jovens e adultos no contexto da luta contra a pobreza;

assegurar a educação pré-escolar, o ensino primário obrigatório e gratuito para todos e a formação dos recursos qualificados necessários ao desenvolvimento da economia;

estimular crescentes taxas de escolaridade em todos os níveis de ensino, com redução de diferenciações de género, em particular no ensino básico.

desenvolver o ensino técnico profissional, assegurado a sua articulação com ensino médio e superior e com o sistema de formação profissional;

melhorar de forma substancial o desempenho, a eficácia e a metodologia do sistema de ensino e aprendizagem, visando uma forte redução da repelência e abandono escolar;

promover e valorizar as línguas nacionais, como factor de unidade nacional e diversidade étnico-linguística;

formar professores com perfil adaptado a novos currículos e métodos de ensino;

criar um sistema educativo aberto à participação de vários agentes públicos, privados e cooperativos, coexistindo diferentes modelos de financiamento e formas de parceria.

#### 5.2.2.2. Saúde:

Os níveis traduzidos pelos indicadores de saúde apelam para uma melhoria substancial, pelo que espera-se que no período de vigência do plano, se alcancem os objectivos que se seguem:

- eleva o estado de saúde da população angolana sem qualquer forma de discriminação e com respeito dos princípios de equidade;
- reduzir a mortalidade materna infantil e controlo de doenças prioritárias do quadro nosológico nacional;
- melhorar a qualidade e prontidão dos serviços de saúde prestados, em particular dos cuidados primários procurados predominantemente pela população mais desfavorecida;
- aumentar as disponibilidades em qualidade e quantidade dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento sustentado do estado de saúde dos angolanos;
- aumentar o acesso aos cuidados primários de saúde com o reforço do sistema de referência e contra-referência;
- melhorar a capacidade de resolução dos problemas de saúde ao nível de toda a rede assistencial de serviço nacional de saúde com particular ênfase para as urgências;
- melhorar a qualidade dos cuidados de saúde reforçando na prestação a disponibilidade e a gestão dos recursos humanos;
- sustentar um sistema logístico que assegure um aprovisionamento regular de medicamentos, reagentes, vacinas, equipamentos médicos e não médicos;
- criar as condições principais à formação e saúde nas unidades de saúde a todos os níveis;
- melhorar o sistema de informação sanitária e da investigação em saúde;
- revisar o quadro legal da saúde e finalização de documentos de gestão estratégicos;
- implementar o pacote essencial de serviços e cuidados de saúde no quadro da revitalização do sistema municipal de saúde;
- aumentar a capacidade de resposta às urgências obstétricas e pediátricas;
- implementar programas específicos de luta contra as doenças endémicas e não transmissíveis.

#### 5.2.2.3. Assistência e reinserção social:

Assegurar que a acção da assistência social contribua activamente para a redução da pobreza, através da promoção de um conjunto de intervenções articuladas, integradas e direccionadas para a prevenção, mitigação e gestão do risco social e que promovam a integração social das famílias e/ou pessoas mais carenciadas e vulneráveis à exclusão e evitem o ciclo de dependência do Estado, pressupõe o alcance dos objectivos que seguem:

- promover a integração social das pessoas carenciadas e em situação de vulnerabilidade e proporcionar-lhes novos patamares de bem-estar e de oportunidades;
- promover programas com impacto no combate à pobreza de grupos sociais e de comunidades carenciadas;
- garantir a assistência social aos extractos da população mais vulneráveis;
- dotar os grupos mais vulneráveis de competências técnicas que possibilitem o desenvolvimento de actividades produtivas geradoras de rendimentos para a sua auto-suficiência;
- criar oportunidades de integração socioeconómica dos cidadãos mais carenciados e em situação de vulnerabilidade;
- promover a economia solidária no seio dos grupos vulneráveis;
- promover o cooperativismo, criando oportunidades de trabalho de acordo com as capacidades e habilidades dos beneficiários.

#### 5.2.2.4. Urbanismo e habitação:

Em matéria de urbanismo e habitação apresentam-se os seguintes objectivos:

- elaborar instrumentos de ordenamento do território (planos provinciais e municipais);
- promover o acesso das famílias a condições habitacionais adequadas;
- regulamentação das actividades cartográficas e cadastrais;
- executar o cadastro de terras e modernizar a rede geodésica nacional;
- implementação e gestão do sistema nacional de informação geográfica;
- criar condições para a satisfação da procura de habitação;
- promover a expansão qualificada do parque habitacional e o desenvolvimento e melhoria do parque habitacional;



melhorar as condições dos musseques e dos prédios degradados nas zonas urbanas;  
 elaborar planos de intervenção no domínio habitacional (concertação de esforços entre o Ministério das Obras Públicas, o Ministério do Urbanismo e Ambiente e os Governos das Províncias);  
 desenvolver acções no âmbito do realojamento das famílias a deslocar das zonas de intervenção pública e melhorar a gestão do parque habitacional público.

#### 5.2.2.5. Administração pública e administração do trabalho:

A administração pública, em termos gerais, detém um papel institucional, para o aumento da competitividade global da economia angolana. A participação do Estado, enquanto parceiro na criação de um ambiente favorável ao crescimento económico, é inquestionável, de onde exige, que o funcionamento da administração pública se faça de acordo com determinados paradigmas de eficiência e eficácia. Os objectivos são:

- prosseguir o interesse público, qualificando e fortalecendo o Estado e melhorar de maneira contínua a sua capacidade executiva;
- prestar serviços adequados e de forma eficiente aos cidadãos e promover uma nova imagem da administração pública;
- valorizar os recursos humanos da administração pública;
- promover o emprego dos jovens;
- combater o desemprego de longa duração dos adultos;
- apoiar a aprendizagem e a formação ao longo da vida;
- promover a igualdade de género no acesso ao emprego e à formação profissional.

#### 5.2.2.6. Ambiente:

A dimensão ambiental do desenvolvimento reclama cada vez mais por uma atenção maior com vista à promoção da sustentabilidade do desenvolvimento. Com efeito, durante a vigência do plano, os objectivos a alcançar são os seguintes:

- desenvolver uma estratégia nacional de resíduos;
- inventariar e gerir as zonas húmidas nacionais;
- reabilitar por fases os parques e as reservas naturais;
- desenvolver um sistema nacional de controlo de indicadores ambientais;
- desenvolver o processo de implementação do programa nacional sobre as alterações climáticas.

#### 5.2.2.7. Cultura:

Do sector espera-se que incentive a endogeneização de práticas, valores, atitudes e princípios que concorram para a preservação, consolidação, promoção da identidade cultural nacional nas suas formas multifacéticas. Assim, em termos de objectivos, dever-se-ão alcançar os que se seguem:

- dar continuidade às iniciativas de protecção do património e da identidade cultural de Angola, nas suas formas multifacetadas, em seus aspectos tangíveis e intangíveis, respeitando a liberdade e diversidade de expressões;
- fomentar a indústria cultural nas suas mais variadas formas, através do incentivo à produção no cinema, audiovisuais em geral, artesanato, artes plásticas e formas editoriais;
- desenvolver instrumentos de formação no domínio da cultura e das artes.

#### 5.2.2.8. Comunicação social:

O sector tem vocação de promover o desenvolvimento sustentável, participativo e democrático, através da expansão e melhoria dos «media», de forma independente e responsável, contribuindo assim para o desenvolvimento educacional, informativo, ético, cultural e cívico da população. Neste sentido, os objectivos a alcançar devem ser os seguintes:

- fortalecer o sistema nacional de comunicação social, visando aumentar a sua credibilidade;
- alargar a cobertura do território nacional pelos meios, públicos e privados, de comunicação social;
- promover o apetrechamento humano, tecnológico e material dos media e apoiar a reestruturação e modernização das empresas do sector de comunicação social.

#### 5.2.2.9. Juventude e desportos:

O papel que está reservado à população juvenil e à prática do desporto pela mesma no processo de desenvolvimento do País revela ser necessário dar a esta faixa da população uma atenção especial, cuja expressão pode ser sintetizada através dos objectivos que seguem:

- apostar na juventude, reconhecendo-a como o maior potencial de desenvolvimento e reconstrução do País;
- promover a participação activa de jovens na vida social, política, económica e cultural, desenvolvendo suas capacidades criativas, através de ati-



- tudes dinamizadoras de intervenção social e do espírito empreendedor;
- promover a generalização da prática desportiva das diferentes camadas da população, em particular junto aos jovens e às mulheres, dando especial atenção ao desporto na escola;
- promover a realização de estudos prospectivos e estratégicos no domínio da juventude e do desporto, consubstanciados na identificação dos eixos de intervenção prioritários que permitam ao sector enquadrar toda a sua política sectorial no espectro mais amplo da estratégia de desenvolvimento do País;
- desenvolver e coordenar a actividade desportiva na vertente do alto rendimento;
- promover a prospecção e detecção de novos talentos no domínio do desporto.

#### 5.2.2.10. Família e promoção da mulher:

O interesse crescente pelas questões do género tem correspondência nas iniciativas do Ministério, que em função disso assume os seguintes objectivos:

- criação de mecanismos voltados para as condições económicas, sociais, culturais e políticas para o desenvolvimento da família em sua função nuclear na sociedade, com respeito à sua identidade, unidade, autonomia e valores tradicionais;
- criação de mecanismos para a promoção dos direitos humanos e a igualdade de oportunidades e benefícios entre mulheres e homens em Angola;
- garantir a disponibilidade de serviços sociais diferenciados às famílias e seus membros, sobretudo para as famílias mais vulneráveis (VIH/Sida e portadores de deficiências);
- promover uma ampla conscientização para os direitos políticos, económicos, jurídicos e sociais das mulheres e das raparigas, em especial nas áreas rurais.

#### 5.2.2.11. Justiça:

Este sector deve contribuir para que a actividade económica ocorra de forma segura e suportada pelo efectivo cumprimento dos dispositivos legais e de forma célere de forma a diminuir os custos inerentes da arbitragem dos diferendos contratuais:

- neste sentido, os objectivos perseguidos são os que seguem;
- reformatar o sistema correcional, implementar um sistema e uma organização mais forte no combate às diferentes formas de criminalidade;

- diagnosticar os processos nos tribunais de forma a tornar a justiça mais célere;
- melhorar as condições de funcionamento dos tribunais;
- promover a capacitação institucional;
- assegurar aos cidadãos o acesso a serviços legais;
- modernizar e informatizar os Serviços dos Registos e Notariado.

#### 5.2.2.12. Ensino superior:

A formação integral da população é fundamental para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento humano dos angolanos. Para o ensino superior é apontado o seguinte objectivo:

- melhorar de forma significativa a qualidade do ensino superior através da consolidação da visão estratégica de desenvolvimento, do reforço da base jurídico-institucional e dos recursos humanos, materiais e financeiros, bem como da promoção da actividade académica e pedagógica e expansão da rede de instituições de ensino superior.

#### 5.2.2.13. Ciência e tecnologia:

Do sector espera-se o fomento de actividades que transformem a CT&I num elemento estratégico de política de desenvolvimento através dos seguintes objectivos:

- promover a utilização generalizada das tecnologias de informação e comunicação;
- contribuir para o desenvolvimento da economia visando à diminuição da pobreza e das desigualdades;
- promover o uso intensivo das tecnologias limpas a nível nacional como, por exemplo, as energias renováveis e o sistema da captação e tratamento de águas;
- criar um forte sistema nacional de conhecimentos tradicionais;
- contribuir para a melhoria da qualidade e do acesso aos serviços públicos em geral, com atenção destacada para a saúde.

#### 5.2.2.14. Antigos combatentes:

No âmbito dos antigos combatentes e veteranos de guerra espera-se, em linhas gerais, promover e proteger em regime especial, recenseamento, assistência social e apoio a reabilitação física, superação cultural, formação profissional e reinserção sócio-económica dos antigos combatentes, deficientes

de guerra e de familiares tomados ou perecidos. Para tanto são formulados os seguintes objectivos:

- criar uma base de auto-sustentação, autonomia económica, melhoria de condições de vida e combate à pobreza no seio dos assistidos;
- proporcionar condições organizacionais adequadas que visam potenciar, garantir o normal funcionamento dos diversos serviços do sector a todos os níveis (central e local);
- avaliar o grau da implementação e cumprimento das orientações e medidas de política do sector a nível local;
- dotar os quadros de conhecimentos e capacidade técnico-profissional que lhes permitam enfrentar com responsabilidade e eficiência os desafios e exigências da actualidade;
- proceder ao levantamento de toda a população alvo de protecção especial, nos termos da Lei n.º 13/02, de 15 de Outubro e, conseqüentemente, proceder ao seu recenseamento e controlo;
- assegurar o recenseamento e controlo do efectivo da protecção especial, como pressuposto para a programação, planificação e quantificação das acções de apoio;
- promover o reconhecimento e dignificação do estatuto da população alvo, através da melhoria das suas condições, apoio à saúde, educação e ensino e outros;
- reduzir o número de assistidos desempregados;
- reduzir ao mínimo o número de assistidos em situação de extrema vulnerabilidade/pobreza;
- proporcionar bases para uma razoável auto-sustentabilidade;
- aumentar o nível da satisfação espiritual, moral e material dos assistidos.

## 6. Projecções de desenvolvimento económico e social:

### 6.1. Comportamento económico global:

O quadro macroeconómico para o período 2010-2011 está estabelecido de acordo com as previsões para a produção de petróleo e o comportamento esperado do preço do crude no mercado internacional, produção de diamantes e o preço previsto, variáveis relacionadas com as metas estabelecidas para a taxa de inflação, a taxa de câmbio e as componentes das finanças do Estado. De concreto as hipóteses assumidas são as que se seguem:

- preço médio do barril de petróleo de 58 dólares, em 2010 e 69 dólares, em 2011;
- produção diária de petróleo de 1,9 milhões de barris, em 2010 e 2,02 milhões de barris, em 2011 (previsões de produção da Sonangol, Junho de 2008);
- preço médio do quilate de diamante de 114 dólares, em 2010 e 114,9 dólares, em 2011;
- produção de diamante de 8,411 milhões de quilates, em 2010, e 8,748 milhões de quilates, em 2011;
- taxa de inflação de 13%, em 2010, e 9 %, em 2011.

O desempenho económico esperado é positivo, traduzindo-se numa taxa de crescimento do PIB ao custo dos factores (PIBcf) igual a 7,5% e 9,8%, em 2010 e 2011, respectivamente. O quadro abaixo apresenta o comportamento esperado deste e outros indicadores.

QUADRO VI.1  
Taxas de crescimento do produto (%)

| Varáveis               | 2009 | 2010 | 2011 |
|------------------------|------|------|------|
| PIB custo dos factores | 0,8  | 7,5  | 9,8  |
| PIB preços de mercado  | 1,3  | 8,6  | 10,4 |
| PIB petrolífero        | -3,6 | 3,4  | 6,1  |
| PIB não petrolífero    | 5,2  | 10,5 | 12,4 |

Fonte: Ministério do Planeamento.

Verifica-se que a maior contribuição para o crescimento económico projectado é proveniente do conjunto de sectores não ligados à actividade petrolífera.

Em termos nominais, espera-se que o PIB a preços correntes seja de 6741 mil milhões de Kwanzas em 2010 e 8418 mil milhões de Kwanzas em 2011.

QUADRO VI.2  
PIB a preços de mercado – estimativas e previsões

| Varáveis                                      | 2009      | 2010      | 2011      |
|---|-----------|-----------|-----------|
| PIB preços correntes (milhões de Kwanzas) ... | 5 256 311 | 6 741 038 | 8 418 063 |
| PIB preços correntes (milhões de USD) ...     | 67 557    | 76 603    | 95 302    |

Fonte: Ministério do Planeamento.

Espera-se uma recuperação do quadro fiscal do País em 2010 e 2011, resultado da também esperada recuperação da economia mundial. A tabela seguinte apresenta a projecção fiscal para 2010.

QUADRO VI.3  
Quadro fiscal (em mil milhões de Kwanzas)

| Variáveis                 | 2010     | 2011    |
|---------------------------|----------|---------|
| Receitas totais           | 2 286,50 | 3 348,6 |
| % do PIB <sub>2009</sub>  | 33,9     | 39,8    |
| Receitas petrolíferas     | 1 459,6  | 2 395,7 |
| % das receitas            | 63,8     | 60,0    |
| % do PIB <sub>2009</sub>  | 21,8     | 28,5    |
| Receitas não petrolíferas | 711,3    | 777,9   |
| % das receitas            | 31,1     | —       |
| % do PIB <sub>2009</sub>  | 10,6     | 10,6    |
| Donativos                 | 0,4      | 1,6     |
| % das receitas            | 0,02     | 6,0     |
| % do PIB <sub>2009</sub>  | 0,00     | —       |
| Despesa total**           | 2 477,2  | 2 678,9 |
| % do PIB <sub>2009</sub>  | 36,7     | 31,3    |
| Despesas correntes        | 1 740,7  | 1 904,4 |
| % das despesas            | 70,00    | —       |
| % do PIB                  | 25,8     | 22,6    |
| Salários totais           | 866,6    | 886,5   |
| % das despesas correntes  | 35,0     | —       |

Fonte: Comissão das Finanças.

Para 2010 e 2011 perspectivam-se, em linha com a retoma da actividade económica mundial, melhorias na evolução dos principais indicadores monetários, com destaque para a inflação e a estabilidade da moeda nacional.

QUADRO VI.4  
Quadro monetário — taxas de crescimento (%)

| Rubricas           | 2010 | 2011 |
|--------------------|------|------|
| M3                 | 23,9 | 20,2 |
| Base monetária     | 21,1 | 20,8 |
| Inflação           | 13,0 | 9,0  |
| Crédito à economia | 23,7 | 21,9 |

Fonte: Banco Nacional de Angola.

Relativamente à Balança de Pagamentos, espera-se uma melhoria em 2010 e 2011 nas suas principais contas. Assim, projecta-se um deficit da conta corrente, de US\$ 4941,0 milhões, em 2009, poderá passar-se para valores positivos nos dois anos do Plano. Os excedentes globais previstos representam, respectivamente, para 2010 e 2011, 1,9% e 2,8% do PIB.

QUADRO VI.5  
Projeções da balança de pagamentos

milhões de USD

| Rubricas                      | 2010    | 2011     |
|-------------------------------|---------|----------|
| Conta corrente                | 448,2   | 1 320,8  |
| Conta de capital e financeiro | 970,4   | -2 291,5 |
| Saldo global                  | 1 418,6 | 2 660,3  |

Fonte: Banco Nacional de Angola.

## 6.2. Sectores económicos:

Quanto ao comportamento dos sectores de actividade, o quadro seguinte mostra que os sectores da agricultura, serviços mercantis e indústria transformadora serão os mais dinâmicos no biénio 2010-2011.

QUADRO VI.6  
Taxa média anual de crescimento sectorial

| Sectores de actividades  | 2009 | 2010* | 2011* |
|--------------------------|------|-------|-------|
| Agricultura              | 29,1 | 10,7  | 12,5  |
| Pesca e derivados        | 15,2 | 2,8   | 7,8   |
| Diamantes                | 3,6  | -8,9  | 4,0   |
| Petróleo                 | 3,6  | 3,4   | 6,1   |
| Indústria transformadora | 9    | 20,0  | 15,0  |
| Construção               | 12,3 | 10,0  | 12,6  |
| Energia                  | 10,9 | 21,2  | 20,0  |
| Serviços mercantis       | -8,1 | 21,1  | 13,3  |
| Outros                   | 3,0  | 9,6   | 10,0  |
| PIB custo de factores    | 0,8  | 7,5   | 9,8   |
| PIB preços de mercado    | 1,3  | 8,6   | 10,2  |

Fonte: Ministério do Planeamento.

\*Previsões

Com efeito, para as taxas de crescimento do PIB ao custo de factores indicados, a agricultura contribuirá com 1,2 pontos percentuais, os serviços mercantis com 2,5 e a indústria transformadora com 1,6, perfazendo 61% da taxa de crescimento projectada para 2010.

As alterações estruturais da economia nacional estão projectadas no quadro seguinte:

QUADRO VI.7

Projeção da evolução da estrutura sectorial do produto interno bruto (%)

| Sector de actividades          | 2009                     |                  | 2010                    |                  | 2011                    |                  |
|--------------------------------|--------------------------|------------------|-------------------------|------------------|-------------------------|------------------|
|                                | Preços constantes (2002) | Preços correntes | Preços constantes -2002 | Preços correntes | Preços constantes -2002 | Preços correntes |
| Agricultura .....              | 10,8                     | 11,7             | 11,1                    | 11,5             | 11,4                    | 11,4             |
| Pesca e derivados .....        | 0,2                      | 0,4              | 0,3                     | 0,33             | 0,3                     | 0,3              |
| Minérios e outros .....        | 3,4                      | 1,0              | 2,8                     | 1,1              | 2,7                     | 0,9              |
| Petróleo .....                 | 42,2                     | 40,1             | 40,6                    | 40,4             | 39,2                    | 41,2             |
| Indústria transformadora ..... | 6,8                      | 7,4              | 7,6                     | 7,9              | 7,9                     | 7,9              |
| Construção .....               | 2,4                      | 2,9              | 2,6                     | 2,8              | 2,7                     | 2,7              |
| Energia .....                  | 0,1                      | 0,1              | 0,14                    | 0,1              | 0,2                     | 0,2              |
| Serviços mercantis .....       | 20,9                     | 22,7             | 21,7                    | 22,4             | 22,4                    | 22,3             |
| Outros .....                   | 8,0                      | 5,7              | 8,2                     | 8,4              | 8,2                     | 8,1              |
| PIB c/c .....                  | 100,0                    | 100,0            | 100,0                   | 100,0            | 100,0                   | 100,0            |

Fonte: Ministério do Planeamento.

### 6.3. Sectores sociais.

As projecções dos sectores sociais baseiam-se na consideração de um conjunto de indicadores que melhor caracterizam o seu comportamento e permitem correlacionar os objectivos e as políticas.

#### 6.3.1. Educação:

No quadro das metas estabelecidas para a educação, ressalta o ensino primário que registará um crescimento de 5,6% no número de alunos, de 2010 a 2011.

A alfabetização que se espera conseguir nos próximos dois anos representa variações relativas de 9,0%.

QUADRO VI.8  
Projeção de alunos inscritos

| Rubricas                         | 2010      | 2011      |
|----------------------------------|-----------|-----------|
| Alfabetização .....              | 547 661   | 597 060   |
| Iniciação .....                  | 455 056   | 364 044   |
| Ensino primário .....            | 4 189 853 | 4 424 238 |
| Ensino secundário .....          | —         | —         |
| I ciclo .....                    | 455 610   | 510 283   |
| II ciclo .....                   | 254 208   | 277 144   |
| Ensino especial .....            | —         | —         |
| Ensino primário .....            | 16 940    | 18 634    |
| Ensino secundário I ciclo .....  | 4 469     | 4 916     |
| Ensino secundário II ciclo ..... | 901       | 991       |

Fonte: Ministério da Educação.

#### 6.3.2. Saúde:

O quadro de metas estabelecidas para a saúde, até 2011, caracteriza-se pela melhoria da generalidade dos indicadores do sector com particular destaque para os indicadores de mortalidade materna e mortalidade infantil.

QUADRO VI.9  
Indicadores do sector da saúde

| Variáveis  | 2009           | 2010           | 2011           |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Reduzir a evacuação de pacientes no exterior .....   | -40%           | -20%           | -10%           |
| Tês médicos por 10 000 habitantes até 2012 .....   | x 1,5          | x 1,3          | x 1,3          |
| Reduzir em 50% a mortalidade materna .....   | -20%           | -10%           | 10%            |
| Aumentar em cerca de 80% o número de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado até 2012 ..... | -20%           | -10%           | -10%           |
| Reduzir em 50% a taxa de mortalidade infantil até 2012 .....   | -20%           | -20%           | -20%           |
| Atingir 90% de crianças menor de um ano vacinadas .....  | +60%           | +10%           | +10%           |
| Reduzir a taxa de incidência da malária até 2012 .....   | —              | —              | —              |
| Reduzir a taxa de incidência de 70% da taxa de prevalência da tripanosomíase para 20% até 2012 .....   | -5%            | -5%            | -5%            |
| Atingir 80% de cobertura da população sob risco de doença do sono .....                                | 20%            | 20%            | 20%            |
| Mantiver a taxa de prevalência do VIH/SIDA em 3% .....   | 1%             | 1%             | 1%             |
| Reduzir a incidência de tuberculose em 50 casos por 100 000 .....                                      | 15 por 100 000 | 15 por 100 000 | 15 por 100 000 |
| Reduzir a taxa de letalidade a menos de 2% .....   | —              | —              | —              |

Fonte: Ministério da Saúde.

#### 6.3.3. Urbanismo e habitação:

A meta estabelecida para o sector é a construção de 18 800 fogos habitacionais no período do Plano, como pode ser visualizado no quadro seguinte:

QUADRO VI.10  
Projeção de indicadores

| Rubricas                  | 2010  | 2011   |
|---------------------------|-------|--------|
| Construção de fogos ..... | 7 100 | 11 800 |

Fonte: INH — Ministério do Urbanismo e Habitação.

#### 6.3.4. Juventude:

A população maioritariamente jovem (cerca de 46% do total), representando um enorme potencial de crescimento económico futuro.

Dá o interesse em desenvolver acordos que concorram para a sua valorização, no contexto do País. A tabela seguinte apresenta as metas para 2010 e 2011.

QUADRO VI.11  
Projeção de indicadores

| Rubricas   | 2010     | 2011     |
|--|----------|----------|
| Vamos conhecer Angola (festivais, excursões, carpanas e acampamento) .....                             | 162,0    | 162,0    |
| Promoção do auto-emprego (alocação de kits) .....  | 1 750    | 1 750    |
| Pesquisas sectoriais sobre a juventude .....   | 3,0      | 3,0      |
| Acesso dos jovens ao crédito bonificado .....  | 5 000    | 5 000    |
| Criação das cooperativas juvenis .....   | 50,0     | 40,0     |
| Acto construção de casas para jovens .....   | 1 000    | 1 000    |
| Implementação do cartão jovem .....  | 3 000,0  | 5 000,0  |
| Cantinas dos jovens .....  | 408      | 408      |
| Oficinas dos jovens .....  | 180,0    | 180,0    |
| Ações de divulgação sobre educação em vida familiar, género, saúde sexual e reprodutiva HIV/SIDA ..... | 12 000   | 13 000   |
| Educação para a cidadania .....  | —        | —        |
| Emprego social .....   | 2 000    | 2 000    |
| Formação em matéria do associativismo juvenil e estudantil .....                                       | 1 400,0  | 1 600,0  |
| Capacitação de líderes juvenis em matéria de gestão associativa e liderança juvenil .....              | 1 300    | 1 600    |
| Capacitação de jovens nos domínios de empreendedorismo .....   | 1 200,0  | 1 300,0  |
| Construção de habitações para jovens .....   | 7 200    | 7 200    |
| Construção de centros comunitários da juventude .....  | 40,0     | 37,0     |
| Cons. e apetrecha. de centros regionais de campismo .....  | 4        | 5        |
| Construção de jangus juvenis .....   | 20,0     | 20,0     |
| Construção e apetrechamento de casas da juventude .....  | 6        | 3        |
| Número de desportistas praticantes .....   | 43 380,0 | 48 399,0 |
| Número de treinadores e/ou monitores formados .....  | 3 000    | 3 000    |
| Nº. de crianças e adolest. inseridos na prática desportiva .....                                       | 21 000,0 | 21 000,0 |
| Atletas inscritos em alta competição .....   | 14 500   | 14 500   |
| Número de treinadores e agentes desportivos formados .....   | 1 050,0  | 1 050,0  |
| Número de atletas registados .....   | 50 000   | 55 000   |
| Número de novos talentos detectados .....  | 500,0    | 750,0    |
| Formação de treinadores .....  | 300      | 300      |
| Técnicos desportivos .....   | 500,0    | 500,0    |

Fonte: Ministério da Juventude e Desportos.

### 6.3.5. Reinserção social:

O sector da reinserção social tem uma gama muito variada de situações a atender, traduzindo-se num conjunto diferenciado de indicadores.

QUADRO VI.12  
Projeção de indicadores

| Rubricas   | 2010/2011 |
|--|-----------|
| Idosos em lares .....  | 500       |
| Beneficiários de assistência alimentar e não alimentar ..... | 260 000   |

Fonte: Ministério da Assistência e Reinserção Social.

### 6.3.6. Família e promoção da mulher:

O Governo tem considerado, nos diferentes programas de acção, a família como a célula básica da sociedade e a mulher como das suas principais guardiãs. Para 2010 e 2011, estão programadas algumas metas a atingir.

QUADRO VI.13  
Projeção de indicadores

| Rubricas  | 2010    | 2011    |
|---|---------|---------|
| Pessoas sensibilizadas por palestras/seminários ..... | 500 000 | 750 000 |
| Conselheiro familiar formado .....                    | 1 500   | 3 000   |
| Formação profissional de mulheres .....               | 3 000   | 5 000   |
| Mobilizador comunitário .....                         | 900     | 900     |
| Beneficiários do micro-crédito .....                  | 20 000  | 20 000  |
| Parteiras tradicionais capacitadas .....              | 2 000   | 2 000   |
| Palestras/seminários sobre género .....               | 522     | 522     |
| Formação e capacitação técnica (nacional) .....       | 30      | 30      |
| Empregos no órgão central .....                       | 155     | 166     |
| Empregos nas direcções provinciais .....              | 720     | 800     |

Fonte: Ministério da Família e Promoção da Mulher.

### 6.3.7. Comunicação social:

Cada vez mais, a comunicação social é reservado um papel preponderante no enquadramento da democracia, necessária para o equilíbrio do quadro de oportunidades de que os cidadãos dispõem. As metas previstas para 2010 e 2011 constam do quadro seguinte:

QUADRO VI.14  
Projeção de indicadores

| Rubricas                    | 2010   | 2011   |
|-----------------------------|--------|--------|
| <b>Pessoas empregadas:</b>  |        |        |
| TPA .....                   | 2 821  | 3 244  |
| Angop .....                 | 890    | 920    |
| RNA .....                   | 2 691  | 2 705  |
| Edições Novembro .....      | 1 120  | 1 120  |
| <b>Notícias produzidas:</b> |        |        |
| TPA .....                   | 44 785 | 58 221 |
| Angop .....                 | 93 000 | 94 000 |
| RNA .....                   | 81 648 | 97 978 |

Fonte: Ministério da Comunicação Social.

### 6.3.8. Ensino superior:

As metas previstas para 2010 e 2011 constam do quadro seguinte:



QUADRO VI.15  
 Projecção de indicadores

| Rubricas  | 2010    | 2011    |
|---|---------|---------|
| Novos empregos directos .....   | 7 687   | 2 543   |
| Docentes .....  | 3 400   | 1 500   |
| Não docentes (auxiliar e pessoal técnico de apoio) .....  | 4 287   | 1 043   |
| Novos empregos indirectos .....   | 4 500   | 5 000   |
| N.º de candi. inscritos pela 1.ª vez no ensino sup. público...  | 18 000  | 23 000  |
| Percentagem de estudantes em internatos e lares .....   | 0,1     | 0,2     |
| Taxa bruta de escolarização .....   | 4,5     | 5       |
| Número de alunos matriculados no ensino superior.....   | 108 046 | 131 344 |
| N.º de instituições de ensino superior públicas a criar .....   | —       | —       |
| N.º de instituições de ensino superior públicas a construir...  | 23      | 23      |
| Número de vagas no ensino superior público.....   | 20 000  | 25 000  |
| N.º de candidatos por vagas no ensino superior público .....  | 4       | 3       |
| Número de novas bolsas de estudo internas .....   | 3 000   | 6 000   |
| Número de novas bolsas de estudo externas .....   | 1 500   | 2 000   |
| Número de leitos em internatos e lares .....  | 1 700   | 2 000   |
| Número de docentes no ensino superior público.....  | 2 307   | 874     |
| N.º de quadros angolanos a frequentar cursos de alto diferen-<br>cial científico, técnico e tecnológico ..... | 500     | 800     |

## 7. Medidas de política:

### 7.1. Política macroeconómica:

O Plano Nacional 2010-2011 tem como grandes referen-  
 ciais da sua execução a garantia da estabilidade económica,  
 a promoção de um crescimento económico acelerado, o  
 aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da  
 população.

As medidas de política económica consentâneas com as  
 preocupações de estabilidade, reconstrução e crescimento  
 económico são as seguintes:

#### No domínio orçamental:

- revisão da Lei-Quadro do Orçamento, de modo a  
 reflectir a evolução e as reformas da adminis-  
 tração do Estado;
- regulamentação da concessão de subsídios às insti-  
 tuições de utilidade pública, prevenindo que sejam  
 atribuídos fundos públicos apenas com base na  
 mera qualificação de tais instituições como sendo  
 de utilidade pública;
- implementação das rotinas para o processo de fiscali-  
 zação orçamental, financeira, patrimonial e opera-  
 cional da administração do Estado e para a  
 elaboração da Conta Geral do Estado;
- conclusão da análise de sustentabilidade da dívida  
 pública e elaboração da Estratégia de Endividamento Público;

desconcentração do processamento de dados de  
 admissões e promoções no âmbito do Sistema  
 Integrado de Gestão Financeira do Estado, para  
 efeito do processamento das remunerações;

continuidade das acções de desconcentração do  
 processo de programação financeira da execução  
 orçamental do Estado para as unidades finan-  
 ceiras provinciais e municipais;

implementação da Reforma Tributária nos seguintes  
 aspectos:

aprovação dos projectos dos Códigos Geral Tri-  
 butário, do Processo Tributário, do Imposto de  
 Selo, do Imposto Geral sobre Vendas e  
 Serviços, do Rendimento do Trabalho;

estudos para a reforma do Código do Imposto  
 sobre as Sucessões e Doação e Sisa;

racionalização e consolidação legislativa do  
 Código do Imposto Industrial;

estudos para a revisão do Regime de Infracções  
 Tributárias;

estudos para a revisão do Regime das Execuções  
 Fiscais;

estudos para revisão das taxas e outros encargos  
 para-fiscais;

criação de mecanismos de coordenação entre as  
 Direcções Nacionais dos Impostos e das  
 Alfândegas;

criação das bases de um Instituto de Formação  
 Tributária, destinado à formação em matérias  
 fiscais, aduaneiras, contabilísticas;

recrutamento e formação de novos técnicos para  
 a administração fiscal e aduaneira;

progressiva compatibilização da legislação vigente  
 relativa à DNI e à DNA.

#### No domínio monetário e cambial:

controlo efectivo da variação da base monetária e dos  
 meios de pagamento;

redução da inflação para 9% em 2011, materializando-  
 -se, assim, um dos grandes objectivos da con-  
 vergência macroeconómica na SADC;

flutuação da taxa de câmbio, de acordo com as  
 condições de mercado, num intervalo compatível  
 com a estabilidade de preços (manutenção do  
 valor da moeda nacional em termos reais);

manutenção das reservas internacionais líquidas em  
 níveis adequados para fazer face a eventuais  
 adversidades externas à economia, o que implica  
 a retoma do crescimento das reservas interna-  
 cionais.

**No domínio dos rendimentos e preços:**

O controlo dos factores mais relevantes que influenciam as condições de vida da população – como os preços, a cadência da sua variação e os rendimentos do trabalho – faz parte dos objectivos específicos que o Governo pretende atingir no período 2010-2011. Por isso, fixou como meta desejável para a taxa de inflação em 2011 a cifra de 9%.

Impõe-se, assim, a tomada de um conjunto de medidas atinentes a manter estável o poder de compra dos rendimentos, em geral, e dos rendimentos do trabalho em especial, de modo a que o processo de crescimento económico se faça em proveito das camadas mais desfavorecidas da população.

O controlo dos mecanismos de formação dos preços no País é uma das medidas a ser tomada no âmbito deste Plano Nacional, atendendo a que se tem assistido à prática de preços e margens especulativas que agravam bastante a execução orçamental de parte considerável dos Órgãos Dependentes. Por isso, o Governo e as Associações Empresariais devem empenhar-se na modernização dos circuitos de distribuição, na eliminação de práticas parasitárias e na promoção e defesa das actividades produtivas eficientes que contribuam para a redução do défice comercial do País.

Assim, com a finalidade de se defenderem os rendimentos das faixas menos favorecidas da população e preservar o respectivo poder de compra, o Governo irá tomar as seguintes medidas:

- ajustar os salários da função pública tendo como base a inflação prevista e os ganhos de produtividade;
- estabelecer preços-garantia para produtos agro-pecuários seleccionados;
- aprovar a Lei da Concorrência;
- publicar, em tempo oportuno, uma lista de bens, produtos e serviços, oriundos do exterior ou produzidos internamente, cujos operadores económicos devem apresentar ao Ministério das Finanças, a respectiva estrutura de formação do preço de venda;
- aplicar os procedimentos legais em vigor sobre os operadores económicos que violem as margens de comercialização e de lucro estabelecidos, bem como sobre aqueles que introduzam no mercado interno produtos com qualidade aquém dos limites praticados ou legalmente definidos;
- intensificar em 2010 e anos subsequentes as acções de controlo da formação dos preços e da qualidade dos produtos e serviços estratégicos, com a finalidade de se eliminarem todos os procedimentos

dos operadores económicos que sejam atentatórios de uma concorrência leal e em prol da economia nacional;

reajustar os encargos alfandegários e portuários, de modo a que, por essa via, se introduza algum nível de protecção à indústria nacional, na base de estudos que fundamentem a sua necessidade; sujeitar, a estes mecanismos, o cimento, o ferro, as chapas de cobertura (zinco e fibrocimento) e as tintas.

**7.2. Medidas de política sectoriais:**

1. A seguir são apresentadas, para cada um dos sectores económicos, as principais políticas sectoriais a serem adoptadas no período 2010-2011. Em alguns casos é feita referência directa às próprias medidas de política, já em carácter executivo.

**7.2.1. Sectores económicos:****7.2.1.1. Agricultura:**

1. Desenvolvimento do mecanismo de crédito agrícola criado recentemente e orientado para os pequenos produtores de suas associações e cooperativas, estimulando a expansão da oferta destes novos produtos financeiros.
2. Criação de projecto piloto de gestão dos recursos naturais e com base na experiência destes projectos formular uma política ambiental.
3. Fortalecimento das instituições a nível nacional, provincial e municipal para evitar superposições e criar uma capacidade institucional para monitorar a qualidade ambiental.
4. Promoção de parcerias público-privadas através da constituição de «empresas-âncora» que participarão do programa de construção e reabilitação de infra-estruturas rurais, nos processos de produção integrados.
5. Promoção da investigação agrária com ênfase no desenvolvimento tecnológico e na formação de quadros, suporte financeiro e institucional e cooperação técnica.
6. Assegurar a reabilitação de infra-estruturas de apoio à produção, com incentivos aos investimentos no segmento de logística, transporte e comercialização de produtos por parte do sector privado.
7. Promoção da extensão rural através da organização de sistemas de informação agrícola, que deverá incluir dados

sobre o mercado (preços e quantidades), importações e exportações, insumos, processamento, armazenagem e nível de disseminação.

8. Promoção do desenvolvimento do agronegócio, com o desenvolvimento de pólos agro-industriais de forma a incentivar a formação de cluster e o estabelecimento de cadeias produtivas, em bases sustentáveis, aproveitando as oportunidades de mercado existentes e promovendo a interiorização e desenvolvimento local.

#### **7.2.1.2. Desenvolvimento rural:**

1. Reestruturação das infra-estruturas e dos serviços básicos para a organização e fixação da população no meio rural.

2. Promoção do desenvolvimento comunitário e da qualidade de vida, assegurando a ligação entre as comunidades e a sociedade como um todo, fomentando a sua acção dinâmica.

3. Promoção de aumento e da diversificação da produção agrícola camponesa, através da distribuição de sementes melhoradas, associado ao melhoramento do apoio extensivo à difusão de técnicas simples e equipamentos acessíveis.

4. Promoção e desenvolvimento do regadio tradicional, construindo ou reabilitando pequenos sistemas de regadio, com barragens e irrigação por gravidade ou com a introdução de sistemas de bombagem.

5. Promoção de outras actividades geradoras de renda tais como a piscicultura, a produção de mel, a fruticultura, o cultivo do café e palmar, a produção de artesanato e outras capazes de gerar renda adicional.

6. Promoção da integração das comunidades rurais nos circuitos mercantis financeiros, dando o indispensável apoio para a sustentabilidade da actividade produtiva, por meio da reconstrução de infra-estruturas, do beneficiamento da produção e da oferta de espaços para o comércio.

7. Promoção de projectos-piloto de desenvolvimento rural, contando com a colaboração de outras instituições do Estado, organizações privadas e não governamentais e servindo de base para novos métodos e arranjos institucionais necessários ao desenvolvimento rural.

#### **8. Reforço institucional para acções de formação:**

9. Conservação dos recursos naturais, promovendo a utilização e a gestão sustentável, através da florestação e reflorestação de zonas próximas das comunidades afectadas, incentivando a criação de florestas comunitárias.

#### **7.2.1.3. Pescas:**

1. Desenvolver estações pilotos para a aquicultura.

2. Aplicar o Plano Nacional para a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada nos termos previstos pela FAO.

3. Criação de um sistema de informação do sector das pescas.

4. Intensificar a implementação da rede de frio.

5. Preparar o sistema integrado de gestão das águas costeiras.

6. Preparar o sistema integrado de águas costeiras.

7. Institucionalizar a Academia de Pescas do Namibe.

8. Iniciar a construção de embarcação oceânica de investigação e embarcação de investigação costeiras.

9. Iniciar a construção dos centros de investigação pesqueira e de investigação da pesca artesanal.

10. Lançar o sistema de vigilância, com barcos patrulheiros e controlo de actividade da pesca.

11. Iniciar a construção de cinco centros de apoio a pesca artesanal e retomar a execução do programa de aquisição de canoas e embarcações cabinadas para a pesca artesanal, continental e marítima.

12. Elaborar os projectos executivos para terminais pesqueiros do Soyo, Lucira, Tômbwa, Baía Farta, Ambriz, Samba e Mampeza.

13. Iniciar a execução dos projectos de construção dos institutos médios de pesca e escolas em diversas províncias.

14. Assegurar a aplicação dos códigos de conduta das pescas, aquicultura e ambiente aquático.

15. Fomentar parcerias com entidades estrangeiras a fim de fomentar a indústria transformadora.

16. Reduzir a pesca de arrasto demersal com a introdução de artes mais selectivas como o palangre.

17. Continuar o fomento de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal, marítima e continental, bem como aquicultura.

**7.2.1.4. Petróleo:**

1. Controlar um ritmo de exploração de petróleo e gás natural que considere a evolução das reservas técnicas (comprovadas e prováveis), economicamente viáveis, as alterações, e seu ritmo, das transformações da matriz energética mundial e os respectivos preços, a médio e longo prazos.

2. Implementação de uma Política de Redução da Economia de Enclave, com base na identificação de oportunidades de parcerias entre empresas angolanas e estrangeiras e nas oportunidades de melhorias para o mercado angolano em geral, visando aumentar a participação de conteúdo local na indústria.

3. Implementação e monitorização do instrumento legal e impulsor de recrutamento, integração, formação e desenvolvimento de pessoal angolano na indústria petrolífera.

4. Assegurar a conclusão da implementação do Plano Director de Armazenagem.

5. Continuação do Projecto de Melhoramento da Rede de Distribuição, na sua componente de construção de postos de abastecimento com o objectivo de expandir e melhorar a rede de distribuição em todo o território nacional.

6. Dar continuidade à implementação do Projecto Angola LNG.

7. Identificar os estudos e/ou trabalhos preparatórios do lançamento dos investimentos industriais mais significativos, como a nova Refinaria do Lobito.

**7.2.1.5. Geologia e minas:**

1. Elaboração da política e estratégia nacional para o sector mineiro, que consagre o mesmo como chave para o desenvolvimento socioeconómico do País.

2. Criação de um banco de dados para uma gestão eficiente no aproveitamento dos recursos minerais nas áreas de concessões mineiras.

3. Reforço da fiscalização das actividades geológicas e mineiras.

4. Implementação da estratégia de diversificação da produção mineira no sector para o asseguramento do lançamento de novos projectos mineiros e o aproveitamento de matéria-prima de origem mineira para o apoio à indústria transformadora nacional e à construção civil.

5. Contribuição para o crescimento económico e social das comunidades residentes nas zonas mineiras, através da implementação de projectos de apoio comunitário para a melhoria das condições de vida das populações, designadamente nas áreas de habitação, saúde, educação, agro-pecuária, infra-estruturas básicas, vias de comunicação e apoio à cultura, tomando como base as prioridades traçadas pelo Governo para o desenvolvimento das regiões.

6. Melhoramento dos mecanismos de gestão ambiental, através do acompanhamento e fiscalização das actividades empresariais e realização de projectos de estudo de impacto ambiental.

**7.2.1.6. Indústria transformadora:**

1. Implementação, no âmbito do Programa de Reconstituição do Capital Humano (PRCH), de acções de formação profissional contínua dos funcionários responsáveis e técnicos do Ministério da Indústria.

2. Estabelecimento de uma parceria estratégica com o CINFOTEC para a formação de operários, técnicos e gestores das empresas a serem criadas no âmbito do PRCH.

3. Criação de mecanismos para continuar o processo de reabilitação e apetrechamento dos centros de formação adscritos ao Ministério da Indústria.

4. Reforço dos órgãos de aplicação do programa executivo, nomeadamente o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (IDIA), o Instituto Angolano de Normalização e Qualidade (IANORQ) e o Instituto Angolano de Propriedade Industrial (IAPI), como uma forma mais ampla e adequada a todas as iniciativas do sector industrial privado.

5. Criação de um Centro de Tecnologias de Informação para o Sector Industrial.

6. Criação, em coordenação com o Ministério do Comércio, de um Instituto de Promoção das Exportações com dupla tutela (MIND e MINCOM).

7. Viabilizar uma política de crédito para o sector.

**7.2.1.7. Construção:**

1. Proceder a aprovação da Lei de Bases sobre as Parcerias Público-Privadas.

2. Propor a revisão do Decreto n.º 77/91, de 13 de Dezembro, que aprova o Estatuto das Estradas Nacionais.



3. Propor a revisão do Decreto n.º 21/92, de 9 de Setembro, que aprova o Plano Rodoviário.

4. Propor a revisão do Decreto n.º 89/03, de 7 de Outubro, sobre as Portagens.

5. Revisão e actualização do regulamento da actividade de empreiteiros de obras públicas, industriais de construção civil e fornecedores de obras, aprovado pelo Decreto n.º 9/91, de 23 de Março.

6. Aprovação do regulamento da actividade dos projectistas de obras públicas.

7. Revisão e actualização do regulamento da Comissão Nacional de Inscrição e Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas, Industriais de Construção Civil e Fornecedores de Obras, aprovado pelo Decreto executivo n.º 2/94, de 4 de Março.

#### 7.2.1.8. Energia:

1. Reabilitação e retomada de empreendimentos que complementem os 3 eixos, com ênfase no eixo Sul.

2. Interligação dos eixos para permitir a transferência de energias de áreas superavitárias para áreas deficitárias.

3. Continuação da expansão do sistema produtor hídrico.

4. Descentralização das tarefas do sistema eléctrico, separando a construção dos novos empreendimentos da gestão e manutenção dos mesmos.

5. Criação de uma lógica de entidades produtoras que se ligam e vendem energia a uma rede nacional.

6. Descentralização para os governos provinciais e as autoridades municipais a média e pequena distribuição.

#### 7. Definição de plano para a electrificação rural.

#### 7.2.1.9. Água:

1. Melhorar a qualidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento das águas residuais, implementando as acções que constam nos respectivos planos directores.

2. Proceder à permanente inventariação dos recursos hídricos do País, superficiais e subterrâneos, traduzindo a sua gestão racional em planos de utilização integrada, a nível de cada bacia hidrográfica.

3. Adoptar medidas com vista a melhor controlar os efeitos naturais adversos, como são as cheias e as secas.

4. Continuar com o processo da criação das empresas públicas e acelerar a institucionalização do Instituto Regulador do Sector das Águas e Saneamento.

#### 7.2.1.10. Comércio:

1. Adopção do Plano-Director para o Desenvolvimento do Comércio em Angola, tendo em vista a estruturação das plataformas e da rede de logística e de distribuição, bem como dos estabelecimentos comerciais, visando assegurar a logística primária e secundária ao nível do mercado nacional e internacional.

2. Criação de um sistema de incentivos fiscais que incidam sobre as actividades empresariais complementares e periféricas, além de abertura de linhas de crédito direccionadas para o pequeno e médio empresário do comércio com boas condições de acesso e amortização. Estas duas iniciativas se inserem num quadro de incentivos públicos e de parcerias público-privadas.

3. Facilitação do acesso de mais comerciantes nos domínios das técnicas de gestão, armazenagem, conservação, exposição e venda de bens, de modo a rentabilizar os seus negócios. Adiciona-se a oferta de formação em negociação de acordos comerciais.

4. Além da regulamentação das actividades comerciais, o MINCO pretende criar condições para assegurar livre concorrência entre os operadores do comércio, beneficiando os consumidores.

#### 7.2.1.11. Transporte:

1. Elaboração de um plano integrado de transportes e logística a nível nacional coerente com os objectivos traçados no programa de Governo em matéria de política territorial, populacional e desenvolvimento económico, além de potencializar aspirações estratégicas no domínio da política externa.

2. Desenhar novos modelos institucionais e de governação para as empresas públicas (SEI) de transporte que assegurem a profissionalização da sua gestão e a direcção de objectivos, estabelecendo para os seus gestores e quadros componentes de remuneração variável coerentes com o desempenho alcançado.

3. Estabelecer um sistema de formação e capacitação de quadros dos sectores de infra-estruturas e transportes, ade-



quando competências e perfis profissionais às exigências dos sectores.

4. Criar um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento e fortalecimento de empresas de transporte privadas, de base nacional, promovendo modelos de gestão nas empresas de transportes que dinamizem o crescimento do empreendedorismo angolano.

5. Reformular o sistema de financiamento dos sectores de infra-estrutura e transportes, envolvendo parcerias financeiras de âmbito regional (SADC) e parcerias público-privadas, onde as mesmas se revelam viáveis e estruturantes.

6. Implementação de soluções de intermobilidade de transportação capazes de garantir a melhor cobertura dos centros urbanos, bem como desenvolver iniciativas que assegurem a mobilidade das pessoas e bens no espaço rural, provincial e interprovincial.

7. Relançar o subsector do transporte marítimo e capacitar os subsectores em baixo desempenho.

8. Estabelecer um plano para a criação de um centro de inovação e competências, visando o desenvolvimento das actividades complementares e de suporte à consolidação do sector de transportes.

9. Reformular o quadro legal e regulamentar dos sectores de infra-estrutura e de transportes coerente com a reforma orgânica e funcional em curso.

#### 7.2.1.12. Telecomunicações e tecnologia de informação:

##### Telecomunicações:

1. Implementação do programa e desenvolvimento institucional, com o estabelecimento de um novo modelo de gestão da rede básica e a reestruturação da Angola Telecom.

2. Providenciar a conclusão da primeira fase do Programa de Desenvolvimento da Rede Básica e criar as condições necessárias para o arranque da segunda fase do programa.

##### Correios:

1. Elaboração de um estudo e projecto para a criação do Banco Postal.

2. Desenvolver acções de rentabilização do Operador Postal Público.

3. Elaboração e implementação de um programa de desenvolvimento institucional que envolva novas formas de gestão e reestruturação dos recursos humanos do operador público.

4. Lançar um estudo visando à elaboração de uma política de *marketing* consistente, baseada em uma nova imagem para o operador, novos negócios e ampliação de suas actividades.

##### Meteorologia e geofísica:

1. Reabilitação de infra-estruturas de redes de observação meteorológica com cobertura, pelo menos, para todas as capitais de províncias.

2. Reabilitação da rede nacional de vigilância sísmica, objectivando a cobertura de todas as áreas que sejam sensíveis ao fenómeno natural.

3. Desenvolvimento estratégico de uma política de recursos humanos através da entrada em funcionamento do CREFORMA (Centro Nacional de Formação de Quadros Especializados em Meteorologia e Ambiente).

4. Reformulação do estatuto orgânico do INAMET, dotando-o de autonomia financeira e administrativa e a elaboração de planos para a sua reestruturação no médio e longo prazo.

5. Tecnologias de Informação.

6. Transformar a CNTI em Instituto de Promoção da Sociedade da Informação, com o objectivo de promover a universalização, por classes e geográfica, do uso de tecnologias da informação.

7. Instalação de centros comunitários e quiosques de acesso a *internet* na administração local e central do Estado.

8. Reestruturação e realização do IT-Forum.

#### 7.2.1.13. Serviços financeiros:

1. Consolidar o Banco de Desenvolvimento de Angola.

2. Promover a criação da Banca de Investimentos e de outras instituições financeiras especializadas.

3. Reestruturar os bancos comerciais de propriedade do Estado.

4. Desenvolver o micro-crédito.

5. Promover a harmonização das transacções e pagamentos do Estado.

6. Apoiar a criação de instituições especializadas na prestação de compensação, liquidação e custódia de valores mobiliários.

7. Desenvolver o mercado de título da Dívida Pública.

8. Promover a criação de instituições financeiras não bancárias de apoio ao mercado de capitais.

9. Desenvolver o mercado interno do resseguro.

#### **7.2.1.14. Sector Empresarial do Estado:**

1. Proposta de uma Lei de Incentivos ao Investimento Privado.

2. Definição dos Modelos Orgânicos de Funcionamento e de Gestão do Sector Empresarial Público.

3. Implementar o Conselho Consultivo do Banco de Desenvolvimento de Angola.

4. Lei do Sector Empresarial Público e sua regulamentação e operacionalização.

5. Lei de Alteração Pontual às Leis das Privatizações.

6. Estatuto do Gestor Empresarial Público e dos membros dos órgãos de fiscalização.

7. Estatuto Remuneratório do Gestor Empresarial Público e dos membros dos órgãos de fiscalização.

8. Reestruturação da carteira de participação do Estado.

9. Realizar contratos-programa com empresas do sector empresarial público.

#### **7.2.2. Sectores Sociais:**

##### **7.2.2.1. Educação:**

1. Alargamento do acesso e melhoria da qualidade de ensino.

2. Reforço institucional do sector com a utilização de novas tecnologias de informação.

3. Diversificação das fontes de financiamento de educação.

4. Introdução ao pagamento da propina e das bolsas internas no ensino secundário.

5. Descentralização da gestão administrativa e financeira das instituições de ensino.

6. Celebrar parcerias com instituições internacionais e nacionais.

7. Acção social educativa e promoção da saúde escolar.

##### **7.2.2.2. Saúde:**

1. Reestruturação do Sistema Nacional de Saúde que priorize o acesso de toda a população aos cuidados primários de saúde.

2. Redução da mortalidade materna, infantil e infanto-juvenil, bem como da morbilidade e mortalidade por doenças prioritárias do quadro nosológico nacional.

3. Promoção e preservação de um contexto geral e um ambiente propício à saúde.

4. Capacitação de indivíduos, das famílias e das comunidades para a promoção e protecção da saúde.

##### **7.2.2.3. Assistência e reinserção social:**

1. Gestão do risco social, no plano preventivo e de alívio das situações e/ou acontecimentos a que os cidadãos estão expostos.

2. Redução da pobreza com acções focalizadas na sua essência e consequências da mesma e mitigação do ciclo inter-geracional no seio das pessoas e/ou famílias carentes e vulneráveis.

3. Promoção da inclusão sócio-produtiva e reforço das competências dos vulneráveis.

4. Promoção do desenvolvimento equitativo e equilibrado das comunidades.

5. Protecção social das pessoas vulneráveis, em particular dos direitos das crianças.

6. Reforço da articulação com os demais órgãos da política social.

7. Reforço da capacidade institucional relativamente à formação de técnicos sociais.

**7.2.2.4. Cultura:**

1. Adopção de mecanismos de incentivo à criação e difusão cultural.
2. Definição de regras para o suporte legal, institucional e profissional das actividades culturais.
3. Proposição e aprovação do estatuto das línguas nacionais.
4. Efectivação do Plano Nacional de Combate à Pirataria.
5. Ratificação das Convenções Internacionais da UNESCO, em especial nos campos da protecção da diversidade cultural, protecção do património imaterial.
6. Aprovação dos diplomas legais relativos à Lei dos Direitos Autorais, Lei Geral dos Arquivos, Lei do Cinema e a Lei do Mecenato.

**7.2.2.5. Comunicação social:**

1. Incentivar e estimular o surgimento e consolidação do sector privado da comunicação social.
2. Capacitar os técnicos da comunicação social.
3. Lançar o Programa de Desenvolvimento do Empreendedorismo da Indústria Nacional dos Média.
4. Desenvolver um programa de formação integrado, ajustado ao desenvolvimento dos órgãos.
5. Garantir a expansão do sinal pelos municípios.
6. Incentivar a formação superior dos quadros, formação profissional e profissionalizante.

**7.2.2.6. Ensino superior:**

1. Formar quadros docentes e pessoal técnico das instituições do ensino superior, elaborar o estudo de perfis de formação superior tendo em vista o alinhamento do subsistema do ensino superior de meios que permitam incrementar o planeamento, a gestão, o monitoramento e a avaliação tributários da eficácia e eficiência do mesmo aos interesses de desenvolvimento do País.
2. Assegurar o incremento das bolsas de estudo internas e externas como forma de substituir gradualmente os docentes estrangeiros e tornar o País auto-suficiente com a visão de se atribuir no futuro uma marca própria a Angola no campo da investigação científica.

3. Garantir as condições para o melhor funcionamento das seis novas universidades públicas, das novas faculdades, institutos e escolas superiores criadas, bem como das IES autonomizadas antes pertencentes a UAN.

4. Continuar o processo de redimensionamento da Universidade Agostinho Neto ao âmbito da região académica em que ela se insere, construir e equipar infra-estruturas académicas e sociais para as novas instituições de ensino, das sete regiões académicas, bem como proceder à reabilitação das infra-estruturas já existentes.

5. Continuar a adequação, a actualização e o reforço da legislação sobre o ensino superior e reavaliar as condições para o arranque do funcionamento do Campus da Universidade Agostinho Neto.

6. Privilegiar e assegurar as acções referentes aos compromissos políticos, reflectidas nos PIP e bolsas de estudo internas e externas nas áreas de formação prioritárias e aprimorar a sua gestão em alinhamento com a estratégia a adoptar para cobrir o défice existente em varias áreas, especialidade, faculdades e cursos.

7. Elaborar um plano de desenvolvimento institucional para o sector do ensino superior para definir, a partir de 2010, as suas necessidades locais e regionais em termos da sua expansão cursos a criar, corpo docente a formar, efectivos a matricular, meios do ensino adequados, bem como as perspectivas de desenvolvimento nacional e levadas a aprovação nas respectivas conferências regionais.

**7.2.2.7. Juventude e desportos:**

1. Revisão legislativa da juventude e desportos.
2. Promover a ampliação do mercado de trabalho, de emprego e auto-emprego através da promoção e distribuição de kits profissionais e fomento do acesso ao crédito bonificado para jovens;
3. Estabelecer mecanismos com vista a proporcionar aos jovens estudantes com dificuldades financeiras e com bom aproveitamento, vantagens e benefícios na aquisição de bens e serviços, traduzindo na redução percentual dos respectivos custos, através da materialização do cartão-jovem.
4. Desencadear, junto dos adolecentes e jovens, campanhas de educação sexual, como forma de controlar a natalidade e suster algumas epidemias SIDA/ITS.

5. Reactivar as instituições de educação física e do desporto para o incentivo a investigação científica e permitir o aumento dos níveis culturais e de conhecimento dos atletas aumentando desta feita seus níveis de escolaridade e empregabilidade num cenário pós actividade desportiva.

6. Recuperar, ampliar e melhorar a gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos juvenis e desportivos e atribuir uma atenção especial no quadro dos esforços em curso, visando o estabelecimento de infra-estruturas modernas e convenientemente equipadas.

7. Dotar todas as províncias de equipamentos desportivos, em particular estádios, pavilhões multi-uso e outros recintos para a prática desportiva de recreação, lazer e actividades lúdicas, que tenham as condições exigidas pela organização das competições desportivas que permitam a generalização da prática desportiva.

8. Promover a realização de estudos prospectivos estratégico no domínio da juventude e área do desporto, consubstanciado na identificação dos eixos de intervenção prioritários que permitirá ao sector enquadrar permanentemente toda a sua política no espectro mais amplo da estratégia de desenvolvimento do País.

9. Apoiar o desporto de alta competição, através das selecções em articulação com as respectivas federações, com vista ao melhoramento contínuo dos resultados desportivos a nível nacional e internacional, no sentido de atingir a excelência no desporto.

#### 7.2.2.8. Família e promoção da mulher:

1. Institucionalizar a política de género.

2. Reforçar a capacidade institucional do Ministério, do Conselho Nacional de Família e do Conselho de Coordenação Multisectorial em Género.

3. Promover o empoderamento e auto-estima de cada membro da família, apoiando a geração de rendimento.

4. Promover uma ampla conscientização para os direitos políticos, económicos, jurídicos e sociais das mulheres e das raparigas, em especial nas áreas rurais.

#### 7.2.2.9. Antigos combatentes:

1. Modernizar o sistema nacional de recenseamento e controlo, criando as condições para a implementação do respectivo banco central de dado, a funcionar em sistema *online*, bem assim, à atribuição do cartão de identidade ao assistido por forma a conferir-lhe maior dignidade.

2. Fomentar o empreendedorismo no seio dos assistidos, estimulando a criação de micro-empregos, inclusive através do auto-emprego e o trabalho independente através da implementação de pequenos projectos de reintegração social, individual ou colectivamente organizados.

3. Promover a construção e incentivar a auto-construção dirigida de habitações sociais apetrechadas.

#### 7.2.3. Sectores transversais:

##### 7.2.3.1 Formação profissional:

1. Elaborar legislação sobre financiamento da formação profissional.

2. Introduzir melhoria na regulamentação da Lei do Emprego.

3. Aprovar a regulamentação da Bolsa Nacional de Formadores.

4. Elaborar a legislação sobre centros privados de formação profissional.

5. Simplificar as normas e procedimentos de acesso aos serviços de emprego e formação profissional.

6. Desenvolver perfis profissionais do sector empresarial.

7. Introduzir novos cursos profissionais no Sistema Nacional de Formação Profissional.

##### 7.2.3.2. Administração pública e administração do trabalho:

1. Reestruturação e aperfeiçoamento da orgânica dos serviços públicos centrais.

2. Revisão da Lei dos Institutos Públicos.

3. Reforço da política de recursos humanos para a administração pública.

4. Reavaliação da utilidade e funcionalidade de estruturas administrativas provisórias (*ad-hoc*) bem como das estruturas multisectoriais consultivas e/ou executivas.

5. Adopção e implementação de um programa de mobilidade para a função pública com os Ministérios da Administração do Território e das Finanças.

6. Elevação da qualidade de prestação do serviço público.
7. Melhorar a legislação sobre avaliação de desempenho dos serviços públicos na óptica dos resultados.
8. Reforço e generalização da cultura da eficiência, da eficácia e da qualidade na realização de tarefas.
9. Eliminação progressiva das disfunções burocráticas e evolução para uma cultura de responsabilidade e de controlo de resultados.
10. Modernizar e uniformizar os procedimentos de gestão dos recursos humanos.
11. Contribuir para a geração de empregos nos sectores primário, secundário e terciário da economia.
12. Elevar a taxa de qualificação e de especialização dos activos no mercado de trabalho.
13. Diversificar e alargar a rede de formação profissional em conformidade com as capacidades e perspectivas da economia e do mercado de trabalho.

14. Conceber e implementar programas especiais de formação profissional e reinserção de grupos especiais.

15. Dinamizar e incentivar o empreendedorismo na comunidade.

16. Inclusão digital dos beneficiários dos serviços de formação profissional.

#### **7.2.3.3. Administração do território:**

1. Aprovar estudos sobre a macroestrutura da administração local e elaboração de diplomas relativos a desconcentração administrativa.

2. Criação das autarquias locais tendo em atenção o princípio do gradualismo.

3. Informatização das administrações locais do Estado.

4. Implementação do sistema de gestão da base de dados dos recursos e realização das jornadas científicas sobre a administração local do Estado.

5. Adoptar instrumentos de supervisão na aplicação da legislação sobre a função pública e realizar cursos de formação de administradores, responsáveis e técnicos da administração local do Estado.

6. Estatuto do administrador e do pessoal da administração municipal.

7. Regime jurídico das empresas locais.

8. Regulamentação das parcerias público-privadas.

9. Pacote legislativo sobre as autarquias locais.

10. Proposta de diploma legal sobre geminação de cidades e municípios.

11. Revisão da Lei Sobre as Transgressões Administrativas.

12. Proposta de Lei Sobre a Divisão Política Administrativa

#### **7.2.3.4. Urbanismo e habitação:**

1. Elaborar a Política Nacional de Ordenamento do Território (POTN).

2. Aplicar a Lei n.º 3/04, de 25 de Junho — Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU).

3. Aplicar a Lei n.º 9/94, de 9 de Novembro — Lei de Terras.

4. Regulamentar as actividades da cartografia e cadastro.

5. Fiscalizar a aplicação ou não aplicação da LOTU e da Lei de Terras.

6. Propiciar reservas fundiárias, acesso a terra urbanizada, a regularização fundiária e da propriedade rústica.

7. Apoio as empresas de construção civil e imobiliária e as empresas de fabrico de matérias de construção com base no fomento económico.

8. Possibilitar compensações fiscais.

9. Crédito habitacional que propicie o estímulo das poupanças das famílias e concessão de facilidades de créditos para fins habitacionais.

10. Isenção temporária dos direitos aduaneiros para equipamentos e matérias destinados a projectos habitacionais de interesses sociais.

#### **7.2.3.5. Ambiente:**

1. Produzir legislação adequada e instrumentos programáticos de gestão.



2. Instituir a cobrança de taxas ambientais e de um sistema de multas.

3. Regulamentar os mecanismos para a emissão de licenças ambientais.

4. Realizar acções de fomento às parcerias com o sector privado.

5. Institucionalização dos órgãos participativos provinciais.

6. Implementar a Política Nacional do Ambiente.

7. Implementar o Programa Nacional de Combate à Seca e Desertificação.

8. Implementar a Estratégia Nacional de Conservação da Biodiversidade.

9. Implementar o Programa Nacional de Gestão Ambiental.

10. Implementar o Programa de Tecnologia e Educação.

11. Implementar o Programa de Consciencialização Ambiental.

12. Implementar o Programa e Regulamentação do Comércio das Espécies de Fauna em Vias de Extinção.

#### 7.2.3.6. Justiça:

1. Revisão da legislação relativa aos seguintes domínios: trabalho, cível, criminal, ambiente, arrendamento urbano, condomínio e execuções fiscais.

2. Expandir os serviços das conservatórias e cartórios.

3. Modernizar os arquivos centrais de Luanda e das conservatórias do registo predial comercial e civil em todo o território.

4. Melhoria do acesso dos cidadãos à justiça e descongestionar os tribunais de forma a tornar a justiça mais célere, pela diversificação das diferentes soluções da justiça, propiciadoras de um clima de paz social e de uma verdadeira política de desjudicialização.

5. Melhoria das condições de funcionamento do INEI, incluindo a aprovação de novos planos curriculares.

6. Modernização do Sistema de Formação e Qualificação dos Funcionários do Sistema de Justiça.

#### 7.2.3.7. Ciência e tecnologia:

1. Criação de um mecanismo de coordenação de C&T.

2. Aprovação da carreira de investigação científica.

3. Criação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECIT).

4. Promoção de conferências, *workshops*, mesas-redondas e feiras.

5. Aprovação da Lei de Base da Ciência e Tecnologia.

6. Aprovação do estatuto do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia.

7. Instituição dos prémios de ciência e inovação.

#### 7.2.3.8. Sistema estatístico nacional:

A continuação da preparação Recenseamento Geral da População e Habitação – RGPH e o Reforço do Sistema Estatístico Nacional (SEN) constituem dois grandes objectivos do INE para o biénio 2010 e 2011. Assim, serão realizadas durante o período acções nos seguintes domínios:

a) recenseamento geral da população e habitação (início da operação de campo para actualização da Base Cartográfica Censitária, bem como instalação e funcionamento do Gabinete Central do RGPH);

b) contas nacionais (elaboração das contas nacionais de 2008 e 2009 e produção de uma matriz *input-output*);

c) estatísticas de preços (produção do Índice de Preços no Consumidor de Luanda e actualização dos seus ponderadores; produção do Índice de Preços Grossista);

d) estatísticas do comércio externo (elaboração de boletins trimestrais e anuários);

e) estatísticas industriais (elaboração de boletins trimestrais do Índice de Produção Industrial);

f) estatísticas de conjuntura económica (elaboração de boletins trimestrais de Estatísticas de Conjuntura Económica de Comércio, Transporte, Construção Civil, Indústria, bem como a elaboração da Síntese Semestral de Conjuntura Económica);

g) estatísticas demográficas e sociais (elaboração do Boletim Anual de Estatísticas Vitais; do Boletim

- Anual de Estatísticas Sociais e do Boletim de Estatísticas do Emprego, bem como a elaboração do Sistema de Indicadores da Criança Angolana);
- h) estratégia nacional de desenvolvimento estatístico (preparação do documento de estratégia e do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos);
- i) outros (preparação e implementação da Página Web do INE e do portal do RGPH e continuação da implementação do Plano Estratégico do Sistema de Informação).

### 8. Programas:

Os programas que serão apresentados a seguir guardam em comum características da mais alta relevância, considerado o actual estágio de desenvolvimento do País. Em especial, estão voltados para questões relacionadas com bem-estar da população, a garantia das condições de vida e o acesso a bens e serviços públicos essenciais. Dada a natureza multisectorial, estes desempenham um papel fundamental no combate à pobreza, enquanto actuam na preparação de infra-estruturas compatíveis com um futuro de prosperidade.

Inicialmente são referidos três de forma bastante evidenciada, seguidos de mais alguns que são apresentados de forma sintetizada através de um quadro. O que se pode destacar de comum entre todos é que se constituem nos mais relevantes programas e nos mais importantes pela natureza dos objectivos que perseguem. Os demais constarão do Programa de Investimentos Públicos.

#### Programa de Desenvolvimento Rural Integrado e de Combate à Pobreza:

O objectivo do programa é realizar acções em diversas áreas, como por exemplo educação, saúde, fornecimento de água, assistência social e integração. O programa está organizado em dois subprogramas, quais sejam o Subprograma de Sedentarização Populacional e Apoio as Comunidades Rurais e o Subprograma de Fomento à Habitação Rural.

Em 2010, 15 localidades deverão ser beneficiadas através de intervenções no âmbito do programa e a partir de 2011, este número deverá ser gradualmente elevado para englobar outras regiões do País.

#### Programa Nacional de Urbanismo e Habitação:

O principal objectivo do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação é a implementação de uma política habita-

cional que seja capaz de assegurar infra-estruturas críticas ao desenvolvimento, sobretudo o acesso à habitação condigna para cada família, compatível com o poder aquisitivo de seus integrantes.

O programa propiciará condições mais favoráveis para a melhoria do nível de qualificação do sistema urbano e do parque habitacional, com a finalidade de garantir a elevação do bem-estar social da população e de contribuir para o desenvolvimento sustentável e redução da pobreza.

Para o quadriénio 2009/12, prevê-se a construção de um milhão de fogos habitacionais, estimando-se que 80% do total de habitações sociais serão construídas no período 2010/2011.

#### Programa Água para Todos:

O programa que tem como objectivo o abastecimento de água potável às zonas rurais do País, através da construção de pequenos sistemas de abastecimento de água, assim como a construção de furos artesianos para a captação de águas subterráneas. Algumas acções nas sedes comunais também têm sido empreendidas sob as actividades do Programa «Água para Todos», em especial naqueles que apresentam características próximas das zonas rurais.

| Indicadores   | Evolução recente |         | Estimativas<br>2009 | Metas<br>2010/2011 |
|---|------------------|---------|---------------------|--------------------|
|   | 2006             | 2008    |                     |                    |
| Produção de água potável, nas sedes provinciais (m <sup>3</sup> /dia) ..... | 439 438          | 778 530 | 790 466             | 1 094 025          |
| Número de pontos de água existentes ...                                     | 4 511            | 4 609   | 6 883               | 7 243              |
| Número de chafarizes existentes .....                                       | 1 341            | 2 353   | 3 001               | 3 778              |

Fonte: Secretaria de Estado das Águas.

\* Criação de acordo com as captações que sobrem expansão urbana e o desenvolvimento dos parques industriais.

Os principais resultados, que se espera sejam alcançados no biênio 2010-2011, são de 1810 mil beneficiários, através de 7243 pontos de água e também de 3778 chafarizes existentes. Cerca de 300 novos sistemas de abastecimento de água estarão em funcionamento garantindo água potável a quase 80% da população rural.

Para além dos programas que acabam de ser destacados acima, existem muitos outros que também podem ser interpretados como inseridos neste mesmo contexto. São iniciativas de grande e inquestionável apelo social e/ou de fundamental importância para o processo de reconstrução nacional. A seguir estas aparecem em um quadro de referência que contempla nove áreas de prioridade distintas.

| Áreas prioritárias                             | Ações  | Órgão            |
|--|--|------------------|
| 1. Reinserção social                           | Programa de reabilitação baseado na comunidade   | MINARS           |
| 2. Segurança e protecção civil                 | Programa Nacional de Desminagem  | MINARS           |
| 3. Segurança alimentar e desenvolvimento rural | Plano nacional de segurança alimentar e nutricional<br>Programa de comércio rural  | Consan<br>MINCO  |
| 4. VIH/SIDA                                    | Programa de luta contra o VIH/SIDA<br>Programa de aconselhamento e teste voluntário (ATV)<br>Programa de prevenção de transmissão vertical (PTV)<br>Política de institucionalização de género                    | MINSA<br>MINPAMU |
| 5. Educação                                    | Programa de desenvolvimento do ensino primário e secundário  | MEC              |
| 6. Infra-estruturas básicas                    | Programa nacional de electrificação luz para todos.<br>Programa de reabilitação e construção de infra-estruturas administrativas<br>Programa de reabilitação e construção de infra-estruturas económicas básicas | Obras Públicas   |
| 7. Emprego e formação profissional             | Programa de reforço da capacidade do sistema de emprego e formação profissional<br>Programa de geração de emprego e rendimento   | MAPESS           |
| 8. Governação                                  | Programa integrado de reforma e modernização da administração pública central e local<br>Programa de melhoria da gestão municipal<br>Estratégia nacional de desenvolvimento estatístico                          | MAT<br>INE       |
| 9. Gestão macroeconómica                       | Programa de estruturação e modernização dos bancos<br>Programa de desenvolvimento do mercado de capitais   | BNA<br>BNA       |

### 9. Orçamento global e financiamento (2010-2011):

O Programa de Investimentos Públicos considera que os projectos em curso são os de implementação prioritária. Este facto determina que nos próximos programas de investimento público os projectos a serem considerados deverão estritamente obedecer às regras, critérios e trâmites estabelecidos na legislação em vigor sobre os investimentos públicos.

Esta observância estrita pelas regras legalmente estabelecidas é uma consequência das reformas macroeconómicas em curso, necessárias para se garantir a racionalidade das despesas públicas e a eficiência dos gastos do Estado.

Como tem sido norma, existem projectos de subordinação central e de subordinação local no PIP. Os primeiros representam cerca de 85,8% do total do programa, em 2010.

Dentro dos de subordinação central, os domínios de suporte e alavancagem do crescimento económico — tais como as obras públicas, energia, água e transportes — acolhem 51,7% do respectivo total previsto para 2010.

As telecomunicações e tecnologias de informação participam com 7% do total, igualmente, em 2010, o que pode ajudar a consolidar o processo de melhoria sustentável da competitividade nacional.

Dentro da perspectiva de mitigação dos desequilíbrios territoriais, as províncias menos desenvolvidas do território nacional beneficiam dum conjunto de investimentos com a intenção de aí se melhorarem as condições que tornem mais propício o crescimento económico, a criação de renda e de emprego. Assim, as províncias do Uíge, Cunene, Moxico, Lundas, Cuando Cubango retêm 32,2% dos PIP de subordinação provincial, ou seja, 4,56% do total do PIP.

Financeiramente o PIP será suportado por fontes externas numa percentagem de 43% e por recursos ordinários do Tesouro no diferencial.

O Presidente, em exercício, da Assembleia Nacional,  
*João Manuel Gonçalves Lourenço.*

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.